

FACULDADES INTEGRADAS FAFIBE

**CLICIA APARECIDA SILVA
FLÁVIA MARQUES F. PAULA**

**VOZES DO DISCURSO DO TEXTO
ARGUMENTATIVO: O DISCURSO RELATADO**

**BEBEDOURO – SÃO PAULO.
2009**

CLICIA APARECIDA SILVA
FLÁVIA MARQUES F. PAULA

VOZES DO DISCURSO DO TEXTO ARGUMENTATIVO:
O DISCURSO RELATADO

Trabalho de Conclusão de Curso (monografia)
apresentado às Faculdades Integradas Fafibe
como requisito parcial para obtenção do grau de
licenciado em Letras (Inglês e suas respectivas
literaturas).

Orientador: Prof. Dr. Rinaldo Guariglia

BEBEDOURO – SÃO PAULO.
2009

Silva, Clícia Aparecida; Paula, Flávia Marques
Figueiredo

Vozes do Discurso do Texto Argumentativo: O Discurso
Relatado/ Clícia Aparecida Silva e Flávia Marques
Figueiredo Paula. --Bebedouro: Fafibe, 2009.
67 f. ; 29,7 cm

Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em
Letras - Faculdades Integradas Fafibe, Bebedouro, 2009.
Bibliografia: f. 65-67

1. Discurso Relatado. 2. Estudos Bakhtinianos. 3. Lingüística
I. Título.

CLICIA APARECIDA SILVA
FLÁVIA MARQUES F.PAULA

VOZES DO DISCURSO DO TEXTO ARGUMENTATIVO:
O DISCURSO RELATADO

Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) apresentado às Faculdades Integradas Fafibe como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em Letras (Inglês e suas respectivas literaturas).

Orientador: Prof. Dr. Rinaldo Guariglia

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Rinaldo Guariglia

Membro Convidado: Prof.^a Ms. Cássia Maria Davanço
Faculdades Integradas Fafibe – Bebedouro - SP

Dedicamos este trabalho ao desafio da vida de educador!

O que faz a gente ser grande não é perder o futuro de vista; é chegar a um porto, fincar a bandeira da conquista e nesse mesmo instante começar a buscar outros portos; é criar desafios, calcular riscos, avançar sempre, porque a grande aventura é viver! E a vida, assim como as ondas tem um jeito diferente de se repetir; de prometer descobertas e abrigar todos os tipos de sonhos e embarcações.

O que faz a gente ser grande é ser como o mar, incansável na sua procura pela onda perfeita, até descobrir que a perfeição está na própria busca.

Hoje os traços são mais fortes, as cores mais vivas, mas nosso caminho apenas começa e nossa trilha, até então comum, toma rumos diferentes. Fica aqui a certeza de que o melhor foi feito, fica aqui a visão poética de nossa profissão. Vemos agora o retrato de nossa conquista.

AGRADECIMENTO

Acima de tudo, agradeço a Deus pela oportunidade de frequentar um curso Superior e por ter me concedido saúde e força de vontade para percorrer o caminho certo.

Especialmente ao orientador Prof. Rinaldo Guariglia pelo incentivo, simpatia, paciência e presteza no auxílio às atividades e discussões sobre o andamento deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Particularmente aos professores ausentes Tereza, Rita, Paulo Ferrarezi, Norma e Mirela pela tarefa de multiplicar nossos conhecimentos, pelo carinho, dedicação e entusiasmo demonstrado enquanto estiveram presentes no curso.

A todos os professores Mariângela, Cássia e Ana Lucia pelo carinho, dedicação e por não poupar esforços no apoio à construção do nosso conhecimento.

Aos demais coordenadores e funcionários das Faculdades Integradas Fafibe de Bebedouro - SP.

Aos colegas de classe pela espontaneidade e alegria na troca de informações e materiais em demonstração de amizade e solidariedade.

À minha família pela paciência, pelo constante apoio nesta longa caminhada e por confiar em mim. Eu amo muito vocês. Certamente essa vitória não é apenas minha, é nossa.

E em especial a duas queridas amigas e companheiras de todos os momentos Flavia Marques Figueiredo de Paula e Fernanda Gabriela Cardoso que durante esta jornada de três anos dividiram comigo momentos de angústia e alegria. E pelo apoio indispensável e fazendo dos momentos difíceis, apenas detalhes. Obrigada Flá, pela sua inteligência admirável, sua persistência e sua dedicação a nos ajudar. E você Fer, pela sua alegria, alto astral durante nossos encontros e por aconselhar-me nos momentos mais difíceis que passei. Jamais esquecerei de vocês!

“Um sonho que se sonha sozinho é apenas um sonho, um sonho que se sonha junto é um sonho concretizado”.

Miguel de Cervantes (Dom Quixote)

Clícia.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, que em sua onipresença sempre me concedeu força e coragem para nunca desistir;

Ao Prof. Dr. Rinaldo Guariglia, meu mestre orientador, pelo carinho, ensinamentos, críticas, elogios, enfim por todo o seu desprendimento que fez com que eu desse o melhor de mim nesse trabalho;

Aos professores do curso de Letras ausentes por participarem comigo nessa minha escalada acadêmica. De modo especial lembrar o carinho da Maria Tereza, a irreverência do Paulo Ferrarezi, a "belíssima" Norma, a astúcia inquieta da Mirela, o amor da Rita;

Aos presentes por persistirem comigo no meu sonho, a alegria contagiante da Cássia, a fluência da Ana Lúcia, a paixão literária da Mariângela, a dedicação infinita do Rinaldo, todos exemplos a serem seguidos e mestres a serem lembrados;

A Paulo, meu marido, pela paciência, confiança e amor que me incentivaram durante minha caminhada;

A Wesley e Wallace, meus filhos pelas noites, os finais de semanas, feriados, tempo que seria dedicado a eles e não foi;

A toda minha família, que acreditou, apoiou e colaborou para que eu chegasse até aqui;

Aos amigos presentes nas minhas alegrias e tristezas acadêmicas. Obrigada a todos com quem eu pude contar nesta jornada, para superar as dificuldades e obstáculos do caminho que, mesmo com alguns sofrimentos, colaboram imensamente com nosso crescimento.

"A cada dia que vivo, mais me convenço de que o desperdício da vida está no amor que não damos, nas forças que não usamos, na prudência egoísta que nada arrisca, e que, esquivando-se do sofrimento, perdemos também a felicidade.

A dor é inevitável.
O sofrimento é opcional..."

(Carlos Drumond de Andrade)

Flávia.

"No fluxo de nossa consciência, a palavra persuasiva interior é comumente metade nossa, metade de outrem".

M.BAKHTIN

RESUMO

Este trabalho analisa as vozes do discurso no texto argumentativo, de maneira mais específica o discurso relatado, que caracteriza as vozes do discurso alheio, ou seja, presença do outro no discurso. Por meio das reflexões bakhtinianas do dialogismo, subjetividade e polifonia a investigação analítica procura o posicionamento do sujeito produtor em relação ao texto proposta, seu afastamento ou aproximação dentro da produção, sua relação com o sujeito interpretante/examinador e o foco principal de nosso estudo: o discurso relatado. Essa característica é analisada com o intuito de verificação de uso do discurso relatado como veiculação do discurso de outrem dentro do discurso enunciador. Para concretizar nossa hipótese, nos basearemos em marcas linguísticas e outros recursos de reconhecimento oferecidos pela teoria de Bakhtin, relataremos qual sua frequência e as tipologias mais admitidas dentro das possibilidades do discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre. O corpus de pesquisa compreende redações produzidas durante processo seletivo universitário de 2004.

Palavras-chave: Discurso. Dialogismo. Polifonia. Discurso Relatado.

ABSTRACT

This paper examines the discourse voices in an argumentative text in a more specific way the related discourse that characterizes the discourse in other voices. Through Bakhtinian point of view regarding dialogism, subjectivity and polyphony the analytic investigation will search for positioning of the producer in relation to the proposed text: distancing or coming close in the work production its relation with the subject interpreter/examiner and the main focus of our work: This characteristic is analyzed with the intention of verification of the use of related discourse as a transport of the other voice in the announcer discourse. In conclusion our hypothesis is based in linguistics signs as in the thoughts of Bakhtin we relate the frequency and typologies allowed in the possibilities of the direct discourse, indirect discourse and the free indirect discourse. The corpus of this research consists of compositions produced during a selective University process in 2004.

Keywords: Discourse. Dialogism. Polyphony. Related Discourse.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 VOZES DO DISCURSO DO TEXTO ARGUMENTATIVO: O DISCURSO RELATADO.....	14
1.1 Análise do discurso: Caracterização e objetos de estudo.....	14
1.2 A sub idade: as várias facetas do sujeito no texto/discurso.....	19
1.3 A reflexão bakhtiniana, o dialogismo, o discurso relatado e a subjetividade Bakthin.....	21
1.4 O discurso relatado e suas variantes e suas variantes.....	25
1.5 O texto dissertativo escolar: suas propriedades. As vozes que permeiam o discurso opinativo escolar: a voz do professor, a voz da família, a voz social, a voz ideológica, a voz infante juvenil, etc.....	29
1.6 O ensino de discurso relatado: métodos, área (língua/literatura). Como é feito e como deveria ser feito.....	33
2 ANÁLISE DO CORPUS: O DISCURSO RELATADO EM TEXTOS DISSERTATIVOS ESCOLARES.....	38
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS.....	65

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por pretensão a análise e o uso de determinadas subjetividades do discurso, como no caso das vozes, dentre as muitas possibilidades de análise, a voz do enunciador, do enunciatário e algumas sociais que estão inseridas em textos dissertativos, por meio das modalidades do discurso relatado: direto, indireto e indireto livre. A análise em questão será feita com embasamento teórico na perspectiva Bakhtiniana, suas reflexões serão analisadas a partir de alguns textos produzidos em processo seletivo universitário.

Queremos analisar apenas as vozes fundamentais para o propósito deste trabalho, visto que, emissor, receptor e vozes sociais abrangem praticamente toda a compreensão discursiva do texto. Escolhemos o discurso relatado por ser uma manifestação lingüística capaz de compreender o diálogo das vozes dentro do texto e, analisando-as poderemos comprovar a presença de uma visão de mundo diferenciado no âmbito social, econômico ou religioso narradas subjetivamente pelo candidato.

O embasamento na teoria bakhtiniana é a nossa escolha devido a sua reflexão sobre dialogismo (processo de inter-relação entre textos) como instrumentação teórica, capaz de compreender a interlocução e pluralidade de sentidos indicadas em algumas formas de heterogeneidade mostrada no discurso. Postulamos encontrar traços da pressuposta presença do outro no discurso e como os autores se valem do discurso relatado, na produção textual, para articular essa heterogeneidade discursiva.

O texto narrativo apresenta as modalidades do discurso claramente marcadas, enquanto o dissertativo possui uma complexidade maior devido ao uso de marcas lingüísticas subjetivas exigindo, portanto, um olhar mais aprofundado para a realização de uma análise.

Sendo assim, o desafio dessa pesquisa é motivador e pode nos permitir inusitadas constatações que, talvez, não fossem possíveis por meio de uma análise do texto narrativo.

O texto dissertativo é baseado na argumentação do enunciador, que visa persuadir o enunciatário acerca de uma posição ou idéia, por meio de recursos que farão com que o texto seja ou pareça verdadeiro.

A relação entre discurso relatado e ideologia é embasada na reflexão de que o discurso relatado é subjetividade e a subjetividade (sujeitos) é regida pela ideologia. A opção por dissertações para vestibular está diretamente ligada a essa relação, pois é um momento em que o jovem está mais propenso a externar suas opiniões e argumentar sobre elas. Para isso, faz uso de seus próprios argumentos e ainda se utiliza de argumentos alheios inseridos nos textos por meio do discurso relatado.

Como objetivo principal, postulamos a contribuição com a hipótese de verificação do conhecimento dessas vozes e suas diferentes aplicações, sejam na produção ou interpretação textual.

Complementarmente, promoveremos uma reflexão sobre pontos vinculados nas vozes que promovam uma intertextualidade e possam contribuir com novas metodologias de ensino/aprendizagem dentro da produção e interpretação de textos.

Faremos um levantamento bibliográfico sobre o tema escolhido, pesquisas e leituras acerca de autores conceituados da área, como Bakhtin, Pêcheux, Orlandi entre outros..

Por meio de um trabalho de campo, o corpus da pesquisa será realizado pela coleta de textos dissertativos produzidos por candidatos a vaga em nível superior.

Por meio de uma reflexão lingüística, buscaremos marcadores indicativos de pessoa, organizados dentro do texto que possam revelar o sujeito, sendo eles: a primeira pessoa, o enunciador que fala; a segunda pessoa, o enunciatário para quem se fala, e a terceira, pessoa o sujeito enunciado sobre quem se fala. E ainda por meio das palavras ideologicamente marcadas.

Em nível discursivo, analisaremos os contra-argumentos que possam revelar o enunciatário e o enunciador por meio do dialogismo encontrado na organização das idéias, no recorte temático das redações e ainda pela postura escolhida pelo autor subentendida na ideologia do discurso.

Enfocando o discurso relatado investigaremos a presença do outro no discurso e as variantes admitidas para a inserção do discurso alheio.

No primeiro capítulo promoveremos uma fundamentação teórica sobre AD, suas características e seu principal objeto de estudos: o próprio discurso; abordaremos também a subjetividade, a fragmentação dos sujeitos e sua heterogeneidade. Uma pesquisa sobre dialogismo e polifonia marcará a

possibilidade de uma análise que condiciona o discurso do sujeito como proveniente de várias outras vozes.

Escolhemos o discurso relatado e suas variantes para nos apontar como o discurso de alheio será inserido no texto argumentativo escolar e também algumas considerações acerca das vozes possíveis dentro da argumentação escolar, assim como o ensino da modalidade também serão tópicos da introdução teórica.

O segundo capítulo trará a análise do corpus da pesquisa: redações de candidatos a uma vaga universitária, por meio das quais exemplificaremos o uso ou não do discurso relatado.

1 A Argumentação do Discurso Relatado

1.1 – Análise do Discurso: caracterização e objetos de estudo

Análise do Discurso (doravante AD) é uma disciplina de entremeio, que se estrutura no espaço que há entre a lingüística e as ciências das formações sociais. A AD nos permite trabalhar em busca dos processos de produção do sentido e de suas determinações histórico-sociais. Isso implica o reconhecimento de que há uma historicidade inscrita na linguagem que não nos permite pensar na existência de um sentido literal, e nem mesmo que o sentido possa ser qualquer um, já que toda interpretação é regida por condições de produção.

Essa disciplina propõe um deslocamento das noções de linguagem e sujeito que se dá a partir de um trabalho com a ideologia. Assim, passa-se a entender a linguagem enquanto produção social, considerando-se a exterioridade como constitutiva. O sujeito, por sua vez, deixa de ser centro e origem do seu discurso para ser entendido como uma construção polifônica, lugar de significação historicamente constituído.

Segundo Charaudeau e Maingueneau (2004), as palavras são responsáveis por expressar idéias e pensamentos assim como por ocultar e dissimular. As intenções desse discurso são chamadas: enunciado ou silêncio; utilizada como uma técnica de linguagem interessante para os lingüistas, historiadores, jornalistas, sociólogos, escritores, etc.

Segundo o glossário remissivo de Salvatore D'Onofrio (2007, p. 318), enunciado, dentro do contexto literário, traduz-se como aquilo que é dito, ou seja, um fato narrado. É a partir dos enunciados, portanto, que podemos identificar as diferentes posições assumidas pelo sujeito no discurso.

No campo da AD, a concepção de enunciado se diferencia por considerá-lo "uma seqüência verbal que forma um todo constitutivo de um determinado gênero de discurso: um romance, um artigo de opinião, uma conversa etc." (Charaudeau e Maingueneau, 2004,196). É comparado equivalentemente ao texto.

Assim, a AD como uma disciplina emergente no cenário das ciências humanas é cada vez mais presente na construção e desconstrução dos sentidos do texto. De natureza aberta, explora contradições presentes no discurso e reconfigura um estudo teórico dos procedimentos de análise.

O principal objeto de estudos dentro da disciplina é o discurso, que, dentre algumas significações, escolhemos Foucault (2005), que diz: “Chamaremos discurso um conjunto de enunciados na medida em que se apóia na mesma formação discursiva (...) ele é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência” (FOUCAULT, 2005, p. 135).

O discurso é uma dispersão de textos e a possibilidade de entender o discurso como prática dentro da própria concepção de linguagem é marcada pelo conceito de social e histórico com o qual a AD trabalha.

Consideramos a linguagem como uma prática sócio-histórica que reflete o significado das relações entre o homem, a natureza e a sociedade. Assim como os processos e condições de produção avaliando a linguagem como um trabalho simbólico não apenas um instrumento, e uma prática no sentido de efetuar atos, mas que pratica sentidos e os intervêm na sociedade.

Compreender o discurso é passar da funcionalidade da língua para sua intencionalidade e tentar delinear outros significados que não aqueles do seu enunciador. O discurso não é fruto de um sujeito que pensa e sabe o que quer. É o discurso que determina o que o sujeito deve falar, é ele que estipula as modalidades enunciativas.

Podemos dizer que esse intento é amparado no conceito de formações discursivas e ligado às formações ideológicas como em Foucault. Sendo assim, o discurso humano é perpassado pela sua formação ideológica, cultural, familiar e acadêmica. A esse respeito, Pêcheux (1988, p. 23) acrescenta que “o sentido de uma palavra de uma expressão não existe em si mesmo, mas, ao contrário é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico, no qual as palavras e as expressões são produzidas.” Analisando na relação entre a linguagem e o contexto de produção, a AD articula o conhecimento do campo das Ciências Sociais e da Lingüística questionando-as com relevância a suas determinadas vertentes: a Lingüística pela historicidade que ela desconsidera e as Ciências Sociais pela transparência da linguagem sobre a qual se assenta:

Estamos sujeitos à linguagem, a seus equívocos e opacidade, e ao mesmo tempo estamos comprometidos com os sentidos e com o político. As palavras simples do nosso cotidiano já chegam em nós carregadas de

sentidos que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, se significam em nós e para nós. (ORLANDI, 2005, p.20).

O objetivo principal é compreender a língua fazendo sentido; tratando-a não como um sistema abstrato, mas como método de significação. Visualizar por meio das marcas inscritas no discurso o seu processo histórico-social e os efeitos de sentidos presentes no discurso.

Segundo o Authier-Revuz (1990), o funcionamento da prática de análise apresenta duas formas de heterogeneidade: constitutiva e mostrada. A primeira não é apresentada linearmente no discurso, permanece no interdiscurso e não é passível de análise.

A heterogeneidade mostrada apresenta marcas da presença do outro na corrente discursiva, manifesta-se ao longo do discurso podendo ser resgatada explicitamente pela análise.

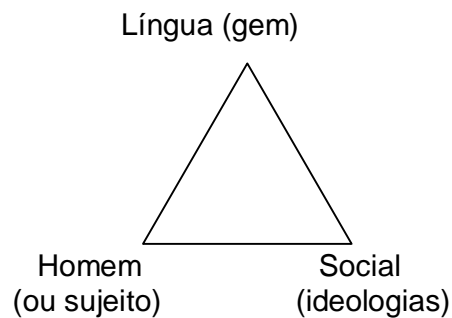
Essa diversidade pode ser “marcada” e “não marcada”. As marcas fazem parte da enunciação e são visíveis na materialidade linguística como o discurso direto, palavras entre aspas. Quando não marcada traz a ordem do discurso não linear, sem transparência, como o discurso indireto livre e a opacidade subjetiva da ironia.

A contradição se insere na prática discursiva como elemento que constitui e condiciona os processos de significação. Inscrita na ideologia por ser inerente a toda formação social, também vista como a impossibilidade de falar numa contraposição ideológica dominante x dominada é marcada pela luta de classes dentro de uma contradição histórica que determina seu funcionamento.

A AD não toma o sentido em si mesmo, ou seja, em sua imanência. Não se acredita na existência de uma essência da palavra - um significado primeiro, original, capaz de ser localizado no interior do significante. Nesse sentido, podemos dizer que foi uma grande ilusão de Saussure achar que se poderia encontrar na palavra alguma pureza de sentido.

Por conseguinte, “o sentido não existe em si mesmo. Ele é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo histórico no qual as palavras são produzidas” (PECHÊUX, apud BRANDÃO, 1993, p. 62).

Para a produção de um sentido discursivo é necessário percorrer um caminho que perpassa as vertentes precursoras da AD:



A AD em seu trabalho com a língua no mundo e seus modos de significar pondera a produção de sentido como parte da vida, como sujeito (singular) ou parte da sociedade (de um todo) aborda o confronto do político com simbólico de maneira a trazer a historicidade para a linguagem e concomitante interroga a transparência da linguagem que as Ciências Sociais combinam como também a relação língua-ideologia, na qual não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, ou seja, é a maneira pela a língua faz sentido.

A função da AD é atravessar o texto para descobrir sentidos possíveis do outro lado, conceituando-se nos três pilares ideológicos básicos antes mencionados.

1) Linguística: a linguagem não é um ente transparente, pois possui um objeto próprio (língua), que possuem uma ordem própria.

2) Marxismo (mais especificamente pelo materialismo histórico): há um real na história de tal forma que o homem faz essa história, embora esta também não lhe seja transparente.

3) Psicanálise: a produção de sentido de acordo com a tipologia psíquica humana.

A cada um desses três pilares indicamos um precursor responsável: para a língua(gem) os estudos são baseados em Saussure e sua dicotomia; o pilar destinado ao homem ou sujeito nos apoiamos em pesquisas que seguem a temática

de Freud se valendo dos pressupostos psicológicos de um sujeito multifacetado e finalmente o pilar social ou ideológico embasado pelos estudos filosóficos de Marx para determinar as vozes ideológicas que perpassam o discurso.

A corrente mais utilizada da AD conjuga a língua com a história para produzir sentido. Estes estudos do discurso trabalham com a forma material (e não abstrata, como na linguística textual) que é a forma encarnada na história para produzir sentidos – é a forma Linguístico-Histórica.

Os estudos discursivos não separam forma de conteúdo, e a língua é compreendida não só como estrutura, mas, sobretudo como acontecimento. Essa reunião de estrutura e acontecimento do significante (língua) ocorre em um sujeito afetado pela história. Nesse ponto entra a contribuição da psicanálise, com o deslocamento da noção de homem para a noção de sujeito. Este, por sua vez, se constitui na relação com o simbólico, na história.

Conferimos então como resumo explicativo aos pilares da AD

- a) A língua tem sua ordem própria, mas só é relevantemente autônoma ao distinguir-se da linguística, ela re-introduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem;
- b) A história tem seu real afetado pelo simbólico, pois os fatos reclamam sentidos;
- c) O sujeito da linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e pelo real da história, não tendo controle sobre o que as afetam.

Essas reflexões nos autorizam a dizer que o sujeito discursivo tem sua função afetada diretamente pelo inconsciente e pela ideologia; discurso é efeito de sentido entre locutores, não é fala da maneira que vimos com Saussure, não é oposto à língua, mas relacionada com ela. A língua é condição de possibilidade de discurso, assim como linguagem é linguagem porque faz sentido e só faz sentido porque se escreve na história.

A AD visa compreender de que maneira os objetos simbólicos produzem sentido, analisando assim o próprio gesto de interpretação considerado como atos do domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido.

A inteligibilidade refere o sentido da língua: basta saber Português para que o enunciado seja inteligível; no entanto ele não é necessariamente interpretável, pois não se sabe quem ele é e o que ele disse. Já a compreensão é muito mais do que isso: é saber como um objeto simbólico faz sentido, como os textos organizam gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido.

1.2 – A subjetividade: as várias facetas do sujeito no texto/discurso

Entendemos a subjetividade como um espaço interno do indivíduo que se relaciona com um mundo social (exterior). Essa relação resulta em marcas singulares em sua formação e constrói suas crenças e valores compartilhados na dimensão cultural e que vão fazer parte da experiência histórica e coletiva. Em resumo, subjetividade é um mundo interno de todo e qualquer ser humano, composto por emoções, sentimentos e pensamentos. Por meio de nossa subjetividade podemos construir um espaço de relacionamento com o outro.

Na AD, o conceito de sujeito é complexo, ele é apresentado em fragmentos, ou seja, a subjetividade se manifesta por meio de posições que podem ser percebidas no discurso. O sujeito não é o das ciências exatas pontuado, imparcial e com capacidade de observar em fenômeno e se manter neutro diante do fato.

Também não é o da lingüística clássica, concebido ora como idealizado, ora como mero falante. O sujeito idealizado é fundamentado de que todos os falantes de um mesmo grupo falem a mesma língua. O sujeito falante é o empírico, aquele capaz de adquirir a língua e utilizá-la de acordo com o contexto sociocultural no qual está inserido.

Muito menos é o sujeito da gramática normativa, rotulado como simples, composto, indeterminado, oculto e inexistente. O sujeito do discurso não deve se ater somente aos elementos gramaticais, pois ele é historicamente determinado.

O sujeito é constituído a partir relação com o outro, nunca sendo fonte única do sentido, tampouco elemento onde se origina o discurso. Ele estabelece uma relação ativa no interior de uma dada formação discursiva; assim como é determinado, ele também a afeta e determina em sua prática discursiva. Portanto, a incompletude é uma propriedade do sujeito e a afirmação de sua identidade resultará da constante necessidade de completude. A incompletude é constitutiva de

qualquer signo - qualquer ato de nomeação é um ato falho, um mero efeito discursivo. O discurso diz muito mais do que seu enunciador pretendia. “A multiplicidade de sentido é inerente à linguagem” (ORLANDI, 1988, p. 20).

Para compreendermos a noção de sujeito da AD, consideremos que não se trata de seres com existência singular no mundo, ou seja, sujeito no ponto de vista em questão, não é um ser humano individualizado e sim um ser social ambientado em um espaço coletivo.

O sujeito do discurso é histórico social e descentrado, pois é cingido pela ideologia e pelo inconsciente. Histórico porque não está preso ao mundo que o rodeia. Social porque não é um indivíduo e sim um sistema coletivo. “O sujeito de linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam.” (ORLANDI, 2005, p.20).

Essa heterogeneidade do sujeito é uma tentativa de harmonizar as diferentes vozes que atravessam o seu discurso numa busca pela unidade. Esse processo pode ser denominado vozes subjetivas e, ao analisarmos sua subjetividade, encontraremos a voz social/ideológica; a voz do autor/produtor do texto; a voz do interlocutor; a voz que o produtor faz do interlocutor e vice-versa; há ainda a voz do tema ou assunto do próprio texto, quase sempre marcado em terceira pessoa.

Observamos que para a AD há uma teoria não-subjetiva do sujeito, ou seja, a sua constituição é apontada por uma heterogeneidade decorrente de uma interação social em diversos seguimentos coletivos, o que sugere três ocorrências: o sujeito não ocupa uma posição central na concepção do discurso, ele não é fonte do que articula e muito menos possui identidade fixa ou estável.

Para Foucault (2005), o sujeito é definido pelo lugar de onde fala “não importa quem fala, mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar” (FOUCAULT, 2005, p.139). Esse lugar é um espaço de representação social (ex. aluno, pai, professor, médico, etc.), uma unidade abstrata, visto que, na prática, é atravessada pela dispersão. Essa citação define a voz ideológica, que também pode ser perpassada por ideias de caráter conservador, liberal, religioso, jurídico, institucional, político, etc.

A unidade é criação ideológica do discurso; assim, podemos dizer que o sujeito é simbólico, ele não existe sem o discurso, pois é este quem cria um espaço de representação para o outro. “Se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele

não se submeter à língua e à história, ele não se constitui, ele não fala, ele não produz sentidos” (ORLANDI, 2005, p. 49).

Não existe sujeito sem discurso, pois é este quem cria um espaço representacional para aquele; o discurso também não é fruto de um sujeito que pensa e que sabe o que quer, ele determina a fala do sujeito e as modalidades do enunciado. Portanto, o sujeito não preexiste ao discurso, é uma construção do mesmo que num relacionamento conjunto estabelece quando e de que modo falar.

A identidade do sujeito é um efeito de poder, não é estanque, está sempre em processo construtivo e mutante; conseqüentemente, não é possível moldarmos uma forma definida para o sujeito, precisamos antes identificar quais são as vozes sociais que permeiam a sua voz para que possamos compreender o sujeito do discurso:

Na perspectiva da Análise do Discurso, a noção de sujeito deixa de ser uma noção idealista, imanente; o sujeito da linguagem não é o sujeito em si, mas tal como existe socialmente, interpelado pela ideologia. Dessa forma, o sujeito não é a origem, a fonte absoluta do sentido, por que na sua fala outras falas se dizem. (BRANDÃO, 1993, p. 92).

1.3 – A reflexão bakhtiniana, o dialogismo, o discurso relatado e a subjetividade

As teorias de Bakhtin ainda alicerçam a reformulação e construção de novos estudos da linguagem por meio da lingüística e da comunicação social. Ele não era considerado pelos pesquisadores um linguista pelo fato de que seus estudos eram direcionados à literatura e a teoria da comunicação, mas não podemos ignorar que Bakhtin defende um conjunto de ideias que aborda temas alicerçados no estudo das realidades humanas, tais como a linguagem, o sujeito, as relações entre sujeito e realidade, etc.

Esse viés teórico conceitua sobre termos como enunciado (dialogismo, interação verbal, etc.) e tem como embasamento o uso da língua (atividade humana). Essa atividade está relacionada com o uso da língua na concretização de nossos enunciados, sejam eles orais ou escritos.

O diálogo pode ser defendido como interação verbal entre enunciador e enunciatário, é um conceito que faz parte da teoria do dialogismo que se refere às relações entre os sujeitos nos processos discursivos e também ao permanente diálogo entre os diversos discursos que configuram uma sociedade:

O diálogo – a troca de palavras – é a forma mais natural da linguagem. Mais ainda: os enunciados longamente desenvolvidos, ainda que eles emanem de um interlocutor único – por exemplo, o discurso de um orador, o curso de um professor, o monólogo de um ator, as reflexões em voz alta de um homem só – são monólogos somente em sua forma exterior, mas em sua estrutura interna, semântica e estilística, eles são, com efeito, essencialmente diálogos. (VOLOCHINOV apud CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004,160-1).

Dentre algumas concepções bakhtinianas encontram-se o dialogismo, a subjetividade e o discurso relatado. Para ele, a linguagem é dialógica por natureza porque ser significa comunicar-se; portanto, o dialogismo é o princípio constitutivo da linguagem e da condição do sentido do discurso.

Norteadas na teoria de Bakhtin está também a polifonia, que nos leva a perceber a impossibilidade de analisar as palavras como signos neutros, transparentes e não afetados pelos conflitos sócio-histórico que atingem os falantes de uma língua, mas como um discurso permeado por suas vozes, valores, desejos; a polifonia retoma outras vozes determinantes do discurso do sujeito.

Intertextualidade ou dialogismo é uma referência ou uma incorporação de um elemento discursivo a outro, podendo-se reconhecê-lo quando um autor constrói a sua obra com referências a textos, imagens ou a sons de outras obras e autores e até por si mesmo, como uma forma de reverência, de complemento e de elaboração do nexos e sentido deste texto/imagem (BARROS; FIORIN 1999.)

O discurso não é individual tanto pelo fato de que ele se constrói ao menos entre dois interlocutores que, por sua vez, são seres sociais; como pelo fato de que ele também se constrói como um diálogo entre discursos, ou seja, mantém uma relação dialógica com outros discursos em caráter permanente e de maneira a configurar uma sociedade, uma comunidade, uma cultura.

A linguagem é dialógica e complexa, pois expressa historicamente o uso das relações de diálogo do discurso; a palavra é sempre perpassada pela palavra do outro, significando que o enunciador, ao construir o seu discurso, leva em consideração o discurso do outro que sempre está presente no seu.

Segundo Bakhtin (1999), dialogismo é definido como o processo de interação entre textos que ocorre na polifonia; tanto na escrita como na leitura, o texto não é visto isoladamente, mas sim correlacionado com outros discursos.

Ou então podemos dizer que ele se dá a partir da noção de recepção/compreensão de uma enunciação o qual constitui um local comum entre o locutor e o locutário; e, assim, pode-se dizer que os interlocutores, ao colocarem a linguagem em relação frente um ao outro produzem um movimento dialógico.

A noção de dialogismo - escrita em que se lê o outro, o discurso do outro - remete a outra, explicitada por Kristeva (1969) ao sugerir que Bakhtin, ao falar de duas vozes coexistindo num texto, isto é, de um texto como atração e rejeição, resgate e repelência de outros textos, teria apresentado a idéia de intertextualidade. (BARROS; FIORIN, 1999, p. 50)

Sendo assim, acreditamos que o analista tem como objetivo analisar as vozes que estão impregnadas no discurso, ou seja, na interação dos discursos mesmo que elas não estejam implícitas, mas que seja ponto de partida para o sujeito se constituir e mostrar sua criatividade. A subjetividade é constituída pelo conjunto de relações sociais de que participa o sujeito; para Bakhtin, o sujeito não é submisso às estruturas sociais, nem é uma subjetividade autônoma em relação à sociedade. Como a realidade é heterogênea, o sujeito não absorve apenas uma voz social, mas várias. Portanto, o sujeito é constitutivamente dialógico. Seu mundo interior é constituído de diferentes vozes em relações de concordância ou discordância.

Nossa fala, isto é, nossos enunciados [...] estão repletos de palavras dos outros, caracterizadas, em graus variáveis, pela alteridade ou pela assimilação, caracterizada, também em graus variáveis, por um emprego consciente e decalcado. As palavras dos outros introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos, modificamos. (BAKHTIN, apud INGO VOESE, 2004 p.46-7).

A leitura bakhtiniana sobre subjetividade nos apresenta um subjetivismo idealista no qual o domínio do sujeito é ideal, como o literato e o objetivismo abstrato o qual é dominado pela estrutura e estilo, não pelo sujeito.

Bakhtin não concebe o sujeito discursivo como um ente psicológico dotado de razão e linguagem ou como ponto de partida de todo enunciado. A incompletude do sujeito é reflexo dos sujeitos históricos, sociais e discursivos; portanto, não admite um sujeito puramente psicológico, mas sim dialógico, ou seja, constituído por um outro social, histórico e ideológico.

A constituição do eu se dá a partir do outro e, ao mesmo tempo, o sujeito é psicológico – cognitivo, ético – social/político e estético – estilístico, no sentido de que dá acabamento ao enunciado. Segundo a hipótese bakhtiniana, o sujeito não é um gênio, todo-poderoso, mas também não é completamente apagado pela estrutura (história, ideologia, língua) ou pela forma.

Nesta perspectiva, a análise da escrita de sujeitos em situação de preparação para o vestibular procura refletir sobre as produções textuais em que o enunciador deve adequar seu enunciado a um gênero do discurso, mas, ao mesmo tempo, pode querer marcar, de alguma forma, sua individualidade.

A esta reflexão interessam os índices de subjetividade trabalhados no texto, marcas estilísticas de um processo de escolha para o uso do discurso relatado, no qual o locutor quis dizer algo e o disse de uma determinada forma, fazendo o uso do discurso do outro de maneira explícita ou subjetiva, consciente ou inconscientemente.

Todo enunciado está sujeito a um regime discursivo: certas coisas são ditas e outras não. Assim, o enunciado é um lugar de conflito, de embate, e não de interação harmônica. A escrita, portanto, na perspectiva bakhtiniana, é um lugar de domínio do outro, da palavra-alheia e como tal existem diversas maneiras de se transmitir a fala do outro dentro de um discurso próprio.

Extremamente ligada ao dialogismo está a polifonia, que nos leva a perceber a impossibilidade de analisar as palavras como fossem signos neutros, já que elas são afetadas pelos conflitos históricos e sociais que sofrem os falantes de uma língua e, por isso, permanecem impregnadas de suas vozes, seus valores, seus desejos. Em resumo, a polifonia remete a outras vozes que condicionam o discurso do sujeito.

O discurso relatado é uma marca de heterogeneidade ou polifonia; Bakhtin (1999) define como uma interação de várias perspectivas individuais e sociais representando diferentes vozes e estilos entrelaçados no texto: o discurso do autor, os discursos das personagens, assim como as vozes sociais em suas diferentes correlações que sugerem a existência de uma interdependência da linguagem do eu com o discurso do outro, definindo a expressão do indivíduo como em produto de várias vozes interligadas.

Bakhtin, durante toda sua vida, foi fiel ao desenvolvimento de um conceito: o de dialogismo. Sua preocupação básica foi a de que o discurso não se

constrói sobre o mesmo, mas se elabora em vista do outro. Em outras palavras, o outro perpassa, atravessa, condiciona o discurso do eu. Bakhtin aprofundou esse conceito, mostrou suas várias faces: a concepção carnavalesca do mundo, a palavra bivocal, o romance polifônico etc. (BARROS; FIORIN, 1999, p. 29).

Na descrição de algumas formas de discurso relatado estão o discurso direto e discurso indireto. São modos de relatar o discurso de outrem que variam no grau de ênfase em que delimitam as fronteiras entre discurso citado e discurso citante – ainda que nos dois modos seja bastante explícito que aquilo que é dito provém de um outro enunciador.

O discurso relatado permite introduzir em seu próprio discurso outros discursos. Bakhtin (1999) argumenta que o discurso citado é o discurso no discurso, visto pelo falante como a fala de outra pessoa, relatada na origem, dotada de uma construção completa e situada fora do contexto.

Toda transmissão particularmente sob forma escrita, tem seu fim específico: narrativa, processos legais, polêmica científica, etc. Além disso, a transmissão leva em conta uma terceira pessoa – a pessoa a quem estão sendo transmitidas às enunciações citadas. Essa orientação para uma terceira pessoa é de primordial importância: ela reforça a influência das forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso. (BAKHTIN, 1999, p.146).

1.4 – O discurso relatado e suas variantes

O discurso relatado e suas variantes – direto, indireto, indireto livre sempre foram relevantes objetos de estudo nas áreas da gramática, do discurso e da literatura. Questões sobre a função dessas variantes no discurso, a determinação da voz de quem reporta e de quem é reportado e a fidelidade do texto no discurso relatado são muito comuns.

O discurso produzido por um sujeito rodeado pelas várias perspectivas que assume dentro de um mesmo texto é também marcado por uma cisão, a plurivalência e a pluripresença da palavra.

Como recurso estilístico, gramatical ou mesmo discursivo o uso do discurso relatado permite introduzir em seu próprio discurso outros discursos. Bakhtin argumenta que o discurso citado é o discurso no discurso, visto pelo falante como a fala de outra pessoa, relatada na origem, dotada de uma construção completa e situada fora do contexto.

Toda transmissão particularmente sob forma escrita, tem seu fim específico: narrativa, processos legais, polêmica científica, etc. Além disso, a transmissão leva em conta uma terceira pessoa – a pessoa a quem estão sendo transmitidas às enunciações citadas. Essa orientação para uma terceira pessoa é de primordial importância: ela reforça a influência das forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso. (BAKHTIN, 1999, p.146).

Observamos a manifestação dessa heterogeneidade na própria superfície discursiva através da materialidade lingüística do texto em que formas marcadas acusam a presença do outro, tais como: as formas do discurso relatado (discurso direto, indireto); as formas pelas quais o locutor inscreve no seu discurso, sem que haja interrupção do fio discursivo, as palavras do outro, indicando-as quer por meio das aspas, do itálico, de uma entonação específica, quer através de um comentário, de um ajustamento ou de uma remissão a um outro discurso; ao lado dessas formas marcadas, encontram-se formas mais complexas em que a presença do outro não é explicitada por marcas linguísticas aparentes na frase.

Entendemos a dinâmica do processo de citação tanto de forma direta quanto indireta à medida que no discurso indireto predomina a interpretação, enquanto o discurso direto prima pela repetição ou imitação, o que nos leva a relevar a afirmação de que o discurso direto declara autenticidade de enunciados reportados.

Essa forma de citação atenta para a fidelidade do discurso do outro, como meio de atribuir ao enunciador citado à responsabilidade total sobre o discurso. Ressalvas apontam para o fato de que mesmo parecendo fiel, o deslocamento contextual pode alterar o sentido da transcrição mais exata, a tradução de Volochinov em Bakhtin esclarece sobre o discurso direto preparado:

Não nos ocuparemos aqui dos procedimentos mais primitivos de que dispõe o autor para replicar ao discurso direto e comentá-lo: a utilização do itálico (que equivale a um deslocamento de assento), a inserção aqui e ali de observações e conclusões entre parênteses, ou mesmo simplesmente o ponto de exclamação, de interrogação, o *sic*, etc. Para atenuar a inércia do discurso direto, outro procedimento muito eficaz consiste nas várias possibilidades de colocação do verbo introdutor, associado por vezes a observações, replicas e comentários. (BAKHTIN, 1999 p 166).

Consideramos serem relevantes esclarecimentos, pois o discurso direto como recurso de citação pode demonstrar objetividade e fidelidade no discurso de outrem funcionando de um modo diferente do previsto ao indiciar a subjetividade do citante.

O discurso indireto não estabiliza o conteúdo do discurso direto, ele é uma interpretação de um discurso anterior, não sua reprodução; é como uma

reconstrução de um conteúdo próprio de outra fonte e não apenas uma sequência de palavras. O discurso indireto resulta em uma produção híbrida das palavras do sujeito que cita com as palavras do sujeito citado.

Dentro do discurso indireto há uma infinidade de formas para o enunciador citante traduzir as falas citadas, pois não são as palavras exatas relatadas, mas o conteúdo do pensamento. O discurso relatado pode ser direcionado de acordo com a escolha do verbo introdutor que condiciona a sua interpretação.

Consideramos duas vertentes que demarcam algumas diferenças do discurso indireto em si mesmo, a primeira é a variante do discurso indireto analisador de conteúdo; a segunda é a variante do discurso indireto analisador de expressão.

A primeira se dedica a tematizar o discurso de outro por meio de uma distância colocada entre o sujeito citante e o sujeito citado apoiando-se no estilo linear que apresenta uma maior racionalidade e objetividade com o intuito de marcar os limites do discurso citado.

A segunda variante nos apresenta as formas do dizer denotando uma maior subjetividade no discurso, como uma coloração mais claramente destacada, essa variante se relaciona como estilo pictórico apagando as fronteiras do discurso citado.

Em um resumo esquematizado podemos apresentar o discurso indireto na visão de Bakhtin da seguinte maneira:

DISCURSO INDIRETO	Analizador de conteúdo – Plano temático/ estilo linear/racional.
	Analizador da expressão – Maneiras de dizer /estilo pictórico/ subjetivo.

Acrescido de recomendações: "o discurso indireto ouve de forma diferente o discurso de outrem, ele integra ativamente e concretiza na sua transmissão outros elementos e matizes que os outros esquemas deixam de lado. (...) A análise é a alma do discurso indireto." (BAKHTIN, 1999, p159).

Encontramos nessas reflexões uma importante aliança para a análise dos enunciados que faremos adiante, pois em conjunto com outras teorias de embasamento podem nos apontar alguns discursos relatados dentro do corpus de pesquisa.

Não podemos nos esquecer de mencionar também o caso do discurso indireto livre, uma mescla entre o discurso direto e indireto, assim definida por Bakhtin:

O discurso indireto livre, longe de transmitir uma impressão passiva produzida pela enunciação de outrem, exprime uma orientação ativa, que não se limita meramente à passagem da primeira à terceira pessoa, mas introduz na enunciação citada suas próprias entoações, que entram então em contato com as entoações da palavra citada, interferindo nela. (BAKHTIN, 1999, p.190).

Contrário aos outros discursos apresentados, esse não apresenta nenhuma marca que permita distinguir sua separação do discurso citante, uma mistura de duas vozes em um fragmento do discurso indireto livre, no qual não podemos dizer exatamente quais palavras pertencem ao enunciador e quais pertencem ao enunciatário.

Como exemplo de discurso indireto livre pode citar o da ironia, da alusão, da pressuposição, da imitação, da reminiscência em que se joga com o outro discurso não mais no nível da transparência, do explicitamente mostrado ou dito, mas no espaço do implícito, do sugerido. Aqui não há uma fronteira lingüística nítida entre a fala do locutor e a do outro, as vozes se misturam nos limites de uma única construção lingüística.

Concentraremos nossas pesquisas em duas variantes do discurso relatado: discurso indireto analisador do conteúdo e discurso indireto analisador da expressão.

Se considerarmos apenas a gramática normativa na descrição de algumas formas de discurso relatado, encontraremos o discurso direto e discurso indireto. Elucidados como modos de relatar o discurso de outrem que variam no grau de ênfase em que delimitam as fronteiras entre discurso citado e discurso de outrem que variam no grau de ênfase em que delimitam as fronteiras entre discurso citante – ainda que nos dois modos seja bastante explícito que aquilo que é dito provém de um outro enunciador.

Existem marcas textuais que indicam o discurso do outro: o discurso direto com aspas indicando claramente as fronteiras entre discurso citado e o discurso citante e o discurso indireto apresentado sob a forma de uma oração subordinada

substantiva introduzida pelo verbo *discendi*; observamos que as realizações concretas são mais variadas e numerosas.

Diversas formas de discurso relatado como discurso direto com "que", resumo com citações (integra sintaticamente, no fio do discurso citante, fragmentos que são atribuídos ao discurso citado) esses fragmentos têm marcas tipográficas (aspas, itálico ou ambos) que delimitam quais palavras foram reproduzidas exatamente como; são formas que não revelam enfaticamente a fonte autora e a primeira vista faz com que certos e excertos apareçam como se não tivessem uma fonte enunciativa.

1.5 – O texto dissertativo escolar: suas propriedades. As vozes que permeiam o discurso opinativo escolar: a voz do professor, a voz da família, a voz social, a voz ideológica, a voz infante juvenil, etc.

Dissertar é debater, discutir, questionar sobre os mais variados assuntos que a sociedade nos apresenta expressando nosso ponto de vista desenvolvido com clareza e concisão por meio de ideias que fundamentem essa posição, mas isso deve ser feito em terceira pessoa.

É fundamental estabelecer nos parágrafos de desenvolvimento relações de causa e consequência para termos um texto correto e conciso. Frases curtas, linguagem direta, estrutura organizada em ideias lógicas; podemos dividi-las em introdução, desenvolvimento e conclusão.

Na introdução encontramos o tema, em poucas frases nos apresenta rapidamente a ideia do assunto que será tratado e norteando a amarração dos parágrafos do desenvolvimento. Neste temos as ideias ou argumentos e a apresentação de uma causa ou consequência e exemplos no final do parágrafo para mostrar harmonia.

Para a conclusão também é necessário seguir regras, finalizando o que foi exposto sem apresentar nenhuma ideia nova apenas sintetizar a dissertação como um todo e, em alguns casos, sugerir uma opinião ou solução; é o momento em que notamos com mais frequência a voz do autor.

A capacidade de leitura, compreensão e conhecimento prévio determinam o ponto de vista; quanto mais informação, melhor o desenvolvimento e exposição das ideias de forma escrita, pois é muito melhor quem escreve sobre o que conhece.

Podemos afirmar então que escrever um texto dissertativo não é apenas tecer comentários impessoais sobre determinado assunto ou listar fatores favoráveis ou não, positivos e negativos de uma questão. Segundo Citelli (2001):

Trabalhar com texto argumentativo implica pensar as dimensões interdiscursivas e intertextuais que circulam o conhecimento... É difícil ensinar o aluno a dissertar fora dos esquemas que permitem a reversibilidade dos conceitos e dos envolvimentos interdiscursivos e intertextuais que presidem todo o conhecimento. (CITELLI, 2001, p.171).

O texto de opinião é importante para o ensino porque dele parte toda a preparação necessária para um bom vestibular. É de domínio de muitos que a redação de vestibular tem peso relevante quanto à classificação do aluno.

Por meio da produção de um texto dissertativo o aluno precisa aplicar uma série de recursos e competências interativas e gramáticas como:

Relacionar adequadamente a seleção e ordenação dos argumentos com a tese; identificar o interlocutor e o assunto sobre o qual se posiciona para estabelecer uma interlocução; considerando as condições de produção, utilizar diferentes recursos resultantes de operações linguísticas - escolha, ordenação, expansão, transformação, encaixamento, inversão, apagamento (PCN+, 2004. p 80.).

Quanto à interdiscursividade, esta é baseada na formação discursiva, que parte do princípio das relações de classes que sugerem algumas posições políticas e ideológicas de acordo com certas conjunturas sociais.

Podemos reconhecer essas formações nos textos, pelo cruzamento de vários discursos ou a predominância de um único. Nesse espaço os discursos são atravessados pela ideologia reconhecida na manifestação de gêneros específicos como sermão, notícia, artigo científico... Relacionado a esses espaços processamos também o “assujeitamento”, condicionamento do sujeito à ideologia e ao inconsciente.

Segundo estudos desenvolvidos por Louis Althusser nos anos 60, a ideologia representa uma relação imaginária dos indivíduos perante a sua existência numa sociedade de instituições diversas como a igreja, a escola, o Estado que possuem, de uma maneira ou outra, intenções de controle.

Esse conceito foi reelaborado por Michel Pêcheux no contexto da AD e atualmente pensamos no processo ideológico como metodologia de produção do

imaginário na sociedade, na produção de evidências como valores, crenças, hábitos e rituais que compartilhados podem motivar a união de sujeitos para obter determinados efeitos de discurso.

A ideologia não é vista como um processo de ocultação da realidade, ainda que colabore na manipulação subjetiva; em princípio, trata-se de um procedimento inconsciente, no sentido psicanalítico, então ideologia e inconsciente simultaneamente pressionam os sujeitos e condiciona-nos por meio de seus desejos inconscientes.

O reconhecimento dessa teoria estabelece uma subjetividade dividida em várias vozes, o que pode significar algumas vezes sujeitos conflituosos.

Toda manifestação textual de discurso analisamos como episódio de cunho social e histórico, como ela está ligada à formação discursiva, possibilita o aparecimento de determinadas vozes que fazem parte do convívio do produtor do texto.

No caso do texto escolar, a probabilidade de encontrar a voz do professor entremeada no discurso do aluno é muito grande devido ao fato dele ser o mediador de seus conhecimentos. A voz da família é outro elemento que certamente permeia o texto, contribuindo de maneira positiva ou negativa na opinião do jovem, uma vez que essa é a primeira instituição formadora da qual ele faz parte.

A voz do adolescente permeia o texto marcado por suas ideias e crenças juvenis, baseada na sua vivência em sociedade e nas opiniões que conseguiu formar até então. A voz ideológica será pautada nas considerações formadas pelo discente ao longo de suas reflexões sobre os ensinamentos do professor, as convicções familiares, a sociedade em que vive e sua real adaptação ou não a essas situações.

Como já mencionamos, essas opiniões podem aparecer no texto de maneira subjetiva não apenas de modo intencional na produção linguística, mas na exposição de seus desejos e na tentativa de defender suas ideias de modo inconsciente.

Partindo da premissa de que o signo e a enunciação são de natureza social e que a ideologia é veiculada pela linguagem, vemos em Bakhtin (1999, p. 14-15) que a palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios. Os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior do sistema. Para o

autor, todo signo é ideológico e a ideologia é um reflexo das estruturas sociais, portanto, a palavra é uma luta de classes.

Depreendemos daí que o outro é elemento constituinte da enunciação, ou seja, o outro está envolvido e determina a fala do locutor numa relação interacional de comunicação:

O enunciado depende de um vínculo com ao menos uma das três matrizes dialógicas (o sujeito-produtor e o meio sócio-histórico, o sujeito-produtor e o examinador e o sujeito-produtor e a proposta de redação). [...] O produtor do texto argumentativo escolar monologiza os dados advindos das três matrizes dialógicas; faz dele os temas que circulam na sociedade, assume as expectativas do avaliador e procura corresponder as exigências da proposta de redação. (GUARIGLIA, 2008, p 40, 41,50).



Matrizes dialógicas são centradas no produtor, interlocutor na social imediata e na proposta da redação. Organizada em ao menos três relações dialógicas relevantes: a relação entre o enunciador e o receptor (avaliador); a relação do produtor com o meio sócio-histórico e a relação do produtor com a proposta de redação. Essas vias de relação ou matrizes dialógicas se associam de tal forma a estabelecer manifestações próprias do discurso.

A relação dialógica entre o produtor e o meio social que, no tripé denominamos voz social, advém do discurso consciente individual e também das implicações geradas pelo convívio social, histórico e ideológico do autor-produtor.

Outro vértice se faz da relação dialógica entre o produtor e o texto-proposta. Essa relação é apresentada como um recorte do ponto de vista do produtor que argumentará a favor ou contra o tema sugerido. A base dessa matriz depende da interpretação e compreensão acerca do assunto e seus conteúdos adjacentes. Denominaremos esse recorte em nosso tripé voz do texto-proposta.

O último vértice se faz da relação entre o produtor e seu interlocutor. Nessa situação podemos considerá-lo de maior importância para a análise. O caráter avaliativo, aliado ao tempo previamente estabelecido e à necessidade de se manter dentro do recorte temático faz com que o produtor se submeta ao interlocutor, que,

neste caso, é um avaliador, e como tal tem o poder de decisão sobre o ingresso do produtor em um curso acadêmico.

O produtor pode subjetivar sua opinião ou até mesmo suprimi-la em detrimento de outra mais conveniente as suas pretensões, também pode fazer uso de um senso comum para não se ariscar a uma rejeição polêmica.

A natureza avaliatória do gênero argumentativo escolar é a razão pela qual essa matriz é muito relevante: a compreensão da proposta, o recorte temático, a indicação do ponto de vista, enfim, o exercício retórico deve ser rigorosamente orientado para que o objetivo da atividade seja atingido a contento, ou seja, a aprovação no processo de seleção.

O envolvimento da lógica entre o produtor e o interlocutor consiste em uma compreensão responsiva capaz de gerar uma alternância dos sujeitos do discurso, são as chamadas réplicas.

A réplica consiste na previsibilidade que o produtor deve perceber em função de seu interlocutor/avaliador. As coerções aplicadas para a implantação das estratégias de argumentação prevem e provocam uma atitude responsiva do interlocutor. O mesmo procedimento ocorre na relação do produto com a proposta de redação, na qual o texto estímulo exige do produtor uma compreensão responsiva. (GUARIGLIA, 2008, p. 51-2).

Podemos analisar que Bakhtin (1999, p. 17) define a língua como expressão das relações e lutas sociais, veiculando e sofrendo o efeito desta luta, servindo, ao mesmo tempo, de instrumento e de material. Para o autor, “o discurso escrito é, de certa maneira, parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc.” (BAKHTIN, 1999 p. 123).

1.6 – O ensino de discurso relatado: métodos e áreas (língua/literatura). Como é feito e como deveria ser feito.

Dentro da proposta dos PCNs encontramos a definição de texto segundo a perspectiva de Koch e Travaglia (1987):

O texto é uma unidade concreta (perceptível pela visão ou audição), que é tomada pelos usuários da língua (falante, escritor e ouvinte, leitor), uma situação de interação comunicativa específica, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível e

reconhecida, independentemente de sua extensão. (KOCK; TRAVAGLIA, 1987, apud Brasil, 2004, 78).

Mesmo considerando o discurso oral como texto, a proposta se atém com maior relevância ao texto escrito, que será uma ferramenta de ensino muito utilizada durante o Ensino Médio. O texto como unidade de ensino dentro dos Parâmetros aborda a habilidade da leitura tanto quanto a de produção; sendo assim, é necessário preparar o aluno para que seja capaz de utilizar e compreender as diversas funções dos gêneros e seus sentidos.

As estruturas clássicas como narrativa, descritiva e dissertativa são abandonadas em detrimento da incorporação também de gêneros ficcionais ou não ficcionais que permeiam a sociedade.

A vivência do aluno agregada às relações entre os conteúdos disciplinares tornou o seu conteúdo significativo, facilitando a análise e a produção textual.

A leitura é primordial na colaboração para a produção, mas recepção e compreensão dos textos também contribuem largamente como facilitadores para o desenvolvimento de uma boa produção.

Para a nossa pesquisa consideramos relevantes três dos cinco tópicos recomendados pelos Parâmetros:

- "O que tem a dizer sobre o tema proposto, de acordo com suas intencionalidades":
- "O lugar social de que ele fala";
- "Para quem seu texto se dirige". (BRASIL, 2004, p.80).

Esses elementos apóiam o aluno na composição com maior segurança e faz com que ele mobilize recursos de competências interativa e gramatical, dentre eles algumas convenções para citação do discurso alheio:

- "Convenções para citação do discurso alheio (discurso direto, indireto e indireto livre): dois-pontos, travessão, aspas, verbos *dicendi*, tempo verbal, expressões introdutória, paráfrase, contexto narrativo" (BRASIL, 2004, p. 81).

Como mencionado pelos PCNs, acreditamos que o ensino do discurso relatado se inicia pelo tipo narrativo, mas o recurso também perpassa pelo argumentativo ou dissertativo.

Quando se pede a alguém que disserte por escrito sobre um determinado tema, esperamos um texto em que sejam expostos e analisados, de forma coerente, alguns dos aspectos e argumentos envolvidos na questão tematizada.

Mas temos que adiantar uma questão: não há escrita sem leitura, sem reflexão, sem a adoção de um ponto de vista e, podemos até dizer, sem um desejo por parte de quem escreve de se manifestar a respeito de um determinado tema. Assim, é especialmente importante que, em uma dissertação, sejam apresentados e discutidos fatos, dados e pontos de vista acerca da questão proposta.

Acreditamos que, para que se consiga executar essa tarefa de forma adequada, especialmente em uma situação como a de um exame vestibular em que há certa tensão, o tempo é controlado, diversos elementos devem ser levados em conta para a discussão do tema proposto.

Para que o aluno não tenha de “partir da estaca zero”, para construir sua redação, uma função importante do professor é prepará-lo de maneira adequada por meio da apresentação de textos que acompanham o tema para dissertação, e também como objetivo de avaliar a sua capacidade de leitura, interpretação e seleção de informações.

É de suma importância o esclarecimento, além das partes da construção do texto, a explanação sobre o uso do discurso relatado, que numa dissertação influencia muito na produção, compreensão e análise textual.

O ensino do discurso relatado mais comum reflete sobre duas formas, a saber, o discurso direto e indireto. Notamos uma posição tradicional presente em diversas gramáticas contemporâneas que apresenta o discurso direto como aquele em que se reproduz a palavra do outro, entendendo como reproduzir a manutenção da palavra do outro; por conseguinte, a fidelidade no seu dizer.

Fidelidade essa que implica a verdade do dizer, marcando um posicionamento oposto ao do discurso indireto que não possui a reprodução da palavra do outro, mas o conteúdo do seu dizer por meio de uma reformulação do que teria dito.

No discurso direto, o significante seria mantido, garantindo a manutenção do dito, agora com o discurso indireto é possível a liberdade em relação ao significante, o que resultaria numa reprodução não fiel do dizer.

Tradicionalmente o discurso indireto é também analisado como a transformação de um discurso direto, ou seja, como um discurso direto transformado. Em resumo, o discurso indireto se apresenta como um segundo discurso a partir de um primeiro discurso, no caso, o discurso direto.

Podemos resumir as considerações de Bakhtin acerca do Discurso Indireto da seguinte maneira:

Para concluir não devemos esquecer suas recomendações acerca do DI: "o discurso indireto ouve de forma diferente o discurso de outrem; ele integra ativamente e concretiza na sua transmissão outros elementos e matizes que os outros esquemas deixam de lado (...). A análise é a alma do discurso indireto." (BAKHTIN, 1999, p.159).

Em pesquisas encontramos relatos complexos dizendo que nem sempre se conferiu o estatuto de verdade ao discurso direto e nem sempre o discurso indireto foi tratado como decorrente do discurso dele e, ainda, nem sempre se constituíram par gramatical; ao contrário, o par discurso direto/discurso indireto é fruto de um processo longo.

Estudos apontam que, em alguns textos, o autor dá palavra ao personagem como impressão de que não é ele, o autor, quem fala; como se o discurso direto não fosse pensado como lugar de reprodução do discurso do outro, mas como espaço da simulação de um dizer.

Em releitura de Platão, Compagnom (1996) não apresenta discurso direto como espaço de reprodução, tão pouco como pretensão a funcionar como um discurso verdadeiro, ao contrário:

A repetição (o discurso direto ou a citação) seria condenável menos por realçar a mimeses que por um simulacro, imagem má: ela é animada pela malícia, é geradora de não-ser e indutora de falsidade; assemelha-se aos procedimentos sofistas que usam e abusam do poder mágico dos loucos para produzir a ilusão e a trapaça, o discurso sem denotação (COMPAGNOM, 1996, p. 511).

Em suma, mesmo que algumas gramáticas contemporâneas com suas abordagens linguísticas apontem para o discurso direto como forma de reprodução

fiel, há território em que discurso indireto se encontra institucionalizado como prática da verdade.

Concluimos então que o ensino do discurso relatado é de fundamental importância para que o aluno possa produzir um texto de qualidade visando o ingresso acadêmico do vestibular, assim como o conhecimento deste conteúdo é necessário para a análise de obras literárias, visto que elas são permeadas desse recurso e muitas vezes marcadas pela subjetividade literária e não pelos signos linguísticos mais comuns à gramática.

2 - Análise do Córpus: O Discurso Relatado em Textos Dissertativos Escolares.

O córpus de pesquisa é formado por redações produzidas por candidatos à vaga em nível superior, no ano de 2004, nas Faculdades Integradas Fafibe, de Bebedouro - SP, uma instituição de ensino particular.

Optamos por redações produzidas para o vestibular, porque é um dos estágios em que o produtor discerne sobre as questões sociais, políticas e econômicas exigidas, na maioria das vezes, pelos processos seletivos para admissão em nível superior. Compõem o córpus 20 (vinte) redações, levando em conta apenas um critério: dez textos obtiveram nota acima de 5,0 (cinco), e os outros dez, abaixo dessa nota, porque, em tese, o desequilíbrio entre redações bem e mal-formadas poderia comprometer a obtenção dos resultados.

PROPOSTA DE REDAÇÃO:

“Muito se discute atualmente a diminuição da maioridade penal dos atuais dezoito anos para dezesseis, devido a ocorrências graves envolvendo menores de idade, em que eles são autores de crimes bárbaros. Pode-se citar o recente episódio em São Paulo, no qual um casal de namorados foi morto por menores quando ocupavam uma casa em uma fazenda. O crime chocou pelos resquícios de crueldade inimagináveis.

O assunto é muito polêmico. As pessoas que defendem a responsabilidade pelos atos a partir dos dezesseis anos argumentam que o jovem, nesta idade, já sabe exatamente o que está cometendo; além disso, a medida seria uma forma de conter a escalada da violência. Aqueles que defendem a manutenção da maioridade penal a partir dos dezoito anos justificam, entre outros argumentos, que, além de inconstitucional, a proposta é desnecessária, pois bastam algumas alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente para que se atinja um estágio em que se conteriam os atos de violência envolvendo menores.

Escreva sua redação posicionando-se em relação à polêmica. Exponha seu ponto de vista e defenda-o.”

Indicamos, a seguir, o título das vinte redações coletadas e as notas atribuídas a elas:

REDAÇÃO 1 — RED1 — “Maioridade” — nota 8,0

REDAÇÃO 2 — RED2 — “Diminuição da Maioridade Penal” — nota 6,0

REDAÇÃO 3 — RED3 — Não há título — nota 5,5

REDAÇÃO 4	— RED4	— Não há título	— nota 6,0
REDAÇÃO 5	— RED5	— “Limites Judicial e Deveres”	— nota 6,0
REDAÇÃO 6	— RED6	— Não há título	— nota 6,5
REDAÇÃO 7	— RED7	— Não há título	— nota 6,0
REDAÇÃO 8	— RED8	— “Maioridade Penal”	— nota 6,5
REDAÇÃO 9	— RED9	— Não há título	— nota 6,0
REDAÇÃO 10	— RED10	— “Maioridade Penal”	— nota 6,0
REDAÇÃO 11	— RED11	— “Vantagem e Desvantagem”	— nota 3,0
REDAÇÃO 12	— RED12	— “Faz de Conta”	— nota 1,5
REDAÇÃO 13	— RED13	— Não há título	— nota 3,5
REDAÇÃO 14	— RED14	— “Fábrica de Idelinqüentes”	— nota 4,0
REDAÇÃO 15	— RED15	— Não há título	— nota 4,5
REDAÇÃO 16	— RED16	— Não há título	— nota 4,0
REDAÇÃO 17	— RED17	— Não há título	— nota 3,0
REDAÇÃO 18	— RED18	— “Mentes Perigosas”	— nota 2,0
REDAÇÃO 19	— RED19	— “A penalidade do Menor”	— nota 3,0
REDAÇÃO 20	— RED20	— Não há título	— nota 4,0

De maneira imparcial e aleatória eliminamos dez redações, ainda mantendo apenas o critério de que a metade delas obtiveram nota acima de 5 (cinco) e a outra metade nota abaixo desta para manter o equilíbrio e não comprometer os resultados finais.

Apresentamos a transcrição do texto com a numeração de parágrafos e promovemos em seguida à análise de acordo com as propriedades escolhidas para estudos em nossa hipótese.

Analisaremos as redações quanto ao posicionamento do sujeito produtor em relação a questão do texto proposta, sua aproximação ou distanciamento da produção, sua relação como sujeito interpretante e o discurso relatado. O uso do discurso relatado nos apontará as diversas maneiras que o sujeito produtor admite para incluir ou apagar o discurso alheio, se em caráter reprodutivo por meio do discurso direto ou de modo interpretativo com a aplicação do discurso indireto e suas variantes.

REDAÇÃO 1

Transcrição:

“Maior idade” / (1) A polêmica a respeito da maioridade penal, está constantemente na mídia. Diminuir a idade para responder pelos crimes cometidos aos 16 ou aos 18 anos? Acho esta questão irrelevante / (2) Nossas autoridades deveriam primeiramente preocuparem-se em buscar solução para as causas que levam nossos jovens ao mundo do crime. / (3) A falta de perspectivas de um futuro melhor para esses jovens, num país como o nosso, que não possui uma política social estruturada, onde poucos ganham muito e, muitos ganham nada ou quase nada, é uma das causas que levam ao mundo do crime estúpido, cruel, estarrecedor. / (4) Estes mesmos jovens que cometem estes crimes vivem ou sobrevivem em família onde seus pais tentam ganhar o pão de cada dia, recolhendo lixo na rua, do subemprego. Jovens que enveredam pelo mundo do tráfico de drogas, porque esta é a realidade e a oportunidade mais próxima que possui, de sobreviver / (5) Marginalizados, privados de ter uma moradia decente, escolas preocupadas em realmente capacitá-los para o mercado de trabalho, desenvolver seu potencial criativo e laboral, enfim uma sociedade que tivesse preocupada e construir políticas públicas que dessem a esses jovens condições de uma vida digna.

A redação 1 intitulada "Maior Idade" apresenta predominância em primeira pessoa do discurso, como podemos perceber por meio das marcas linguísticas: "Acho essa questão irrelevante", "Nossas autoridades deveriam primeiramente preocuparem-se em buscar solução para as causas que levam nossos jovens ao mundo do crime", "..num país como o nosso, que não possui uma política social estruturada..", que indicam primeira pessoa do plural, mesmo assim o sujeito se inclui num plural de modéstia.

Permeado por adjetivos: "... crime estúpido, cruel, estarrecedor", "Marginalizados, privados de ter uma moradia decente...", "... potencial criativo e laboral...", "... sociedade preocupada...", "... uma vida digna...", que tornam o texto mais subjetivo e ao mesmo tempo de caráter próximo e pessoal do produtor.

O sujeito produtor cumpre uma função crítica e analítica ao falar das autoridades e seus deveres não cumpridos, subempregos, mas se esquivava de uma resposta direta a questão inicial, ou seja, um posicionamento a respeito da redução da maioridade penal.

O sujeito interpretante deve ser considerado com relevância, pois o sujeito produtor se submete a ele com a intenção obter sua aprovação para o ingresso

acadêmico, portanto o apresenta uma tendência a não comprometer sua opinião para não ariscar uma rejeição por parte do sujeito avaliador.

O sujeito enunciativo perpassa por vários discursos, mas abstem-se de um posicionamento específico, no entanto conseguimos apontar um traço do discurso relatado. O seu não comprometimento não afeta o seu discurso em primeira pessoa, mesmo assim ele se retirou do texto em um momento dando voz a outro sujeito, ou seja, o discurso indireto que conseguimos analisar na produção provém do uso da retórica "Diminuir a idade para responder pelos crimes cometidos aos 16 ou aos 18 anos?", portanto um discurso indireto interpretante, que aponta o sujeito produtor como conhecedor da resposta do sujeito avaliador.

REDAÇÃO 2

Transcrição:

“Tema – Diminuição da maioria penal” / (1) É impossível ignorarmos que nestes últimos dias, a violência têm sido muito banalizada. / (2) Meios de comunicação, tais como: videogames, internet e televisão, tem contribuído para que crianças se familiarizem com o crime. Pois hoje é comum que para uma mãe ter “um pouco de sossego, tenha que recomendar a televisão para seu filho, como forma de distraí-lo. / (3) E sem se importar com a qualidade dos programas que a criança assiste, permite que a televisão o eduque. / (4) Sem contar a estrutura familiar que é a base de um cidadão. Pois um lar conturbado sem orientação e carinho, colabora para que uma criança seja um forte candidato a se ingressar no mundo do crime. / (5) Porém, cada pessoa deve responder por seus atos, e sem sombras de dúvidas, um adolescente de quatorze ou dezesseis anos de idade sabe muito bem o que faz e aproveitando o fato de estarem livres de punição, cometem crimes bárbaros. / (6) Sou a favor da diminuição da maioria, não que eu creia que tais punições (penais) possam consertar um jovem criminoso, mas que deva prevalecer o maior direito que há na constituição, que é o direito a vida. E diariamente, pessoas inocentes perdem suas vidas ao pararem próximas a um semáforo ou por causa de um par de tênis. / (7) Algo tem que ser feito, e infelizmente, por descuido de pais que não souberam instruir seus filhos no caminho que eles deveriam andar, a sociedade paga altos preços e cabe as autoridades deter tais criminosos.

A redação numero 2, sem título, nos apresenta o afastamento do sujeito produtor que contribui para a presença de poucos, mas marcantes traços do discurso relatado. Como podemos apontar no 1º parágrafo quando ele faz uso do participio passado “... a violência tem sido muito banalizada...” ele se retira do discurso dando voz ao senso comum, a violência tem sido banalizada, mas não por ele e sim por todos. O mesmo acontece com o apontamento de que os meios de comunicação são utilizados para familiarizar a criança com o crime

Ao final do texto podemos notar o mesmo efeito discursivo na aclamação “Algo tem que ser feito...”, e concluímos serem esses termos marcas linguisticas do discurso relatado, mais precisamente do discurso indireto analisador de expressão, que permite apontarmos o sujeito produtor reportando uma avaliação idealizada pela sociedade, ou seja, esse discurso é expressão do senso comum.

Faremos uma ressalva quanto ao 5º parágrafo, no qual o autor se utiliza de argumento e palavras do texto proposta, no qual podemos alegar discurso relatado,

não há marcas linguística que o apontem, mas dentro das características fundamentais da AD, todo discurso provem de outros discursos, do discurso da memória agregados a outros fatores, sendo assim, o sujeito enunciador do texto proposta tem seu discurso relatado no texto produção por meio do discurso indireto analisador de conteúdo, que se baseia na reportagem temática do texto estímulo por meio da interpretação que o sujeito produtor faz do discurso do sujeito enunciador do texto proposta.

REDAÇÃO 3

Transcrição:

“Limites judicial e deveres” / (1) A maioria aos dezesseis anos e não mais aos dezoitos, discutida na atualidade nega que só haja uma visão só da situação dos adolescentes deveria ser muito ampla e julgada minuciosamente porque abrange uma sociedade vitimas de abusos de disturbios violentos de homens infantis. / (2) O menor quando comete um crime, ele sabe o que faz, tem consciência de que o feito é negativo, mas infelizmente conhece sua impunidade perante a lei. / (3) Aproveitando dessa situação o “menor” é usado como pivô para grandes proezas sanguinarias e malélicas. Os fatos horrendos que aparecem nos jornais, nada mais é planejamentos dos grandes engenheiros do crime (adultos bandidos), que ao jogarem ao jovem a tarefa macabra, ficam isentos de uma culpa (pena) judicial maior. / (4) Seria enganoso dizer que um menino de dezesseis anos e inocente ao cometer um crime. Ao / (5) Ao assumir um compromisso dessa natureza ele pensou nos prejuizos e lucros. / (6) Os adolescentes de hoje estão sempre prontos para levarem a melhor, brigam por nada reagin(do) às mínimas situações que venham a contrariar suas emoções do momento e inconsequentes passam dos limites, normais de comportamentos esperados pela educação familiar e social. / (7) Ao diminuir a maioria para dezesseis só dariam posses de maiores direitos a pessoas que deveriam conhecer e respeitar seus deveres. Inibiam um pouco a violência, pois pensariam um pouco mais para cometerem seus feitos errados. Mas ainda não seria suficiente. / (8) Aqueles que defendem a maioria aos dezoito anos e alterações no ECA estão no caminho certo, só assim os jovens infratores seriam tratados com a devida culpa que merecem e passariam a negar participar, ser pivô dos feitos criminosos, envolvendo adultos mandantes e deixariam de pensar na impunidade os menores.

A redação intitulada "Limites judicial e deveres" nos mostra um sujeito produtor não marcado linguisticamente em 1ª pessoa, mas sua aproximação com o texto é visível na quantidade de adjetivos presentes, "homens infantis", "proezas sanguinárias, malélicas", "fatos horrendos", "tarefa macabra", "inocentes", "inconseqüentes", "efeitos criminosos", "adultos bandidos", a maioria de caráter pejorativo, visto que o posicionamento do sujeito em relação à questão proposta não se define objetivamente.

Em uma constante oscilação ele se contradiz em seus argumentos que ora defendem a redução da maioria "O menor quando comete crime, ele sabe o que faz, tem consciência de que o feito é negativo", "Seria enganoso dizer que um menino de dezesseis anos e inocente ao cometer um crime", e ora apoiando a

manutenção da maioridade aos dezoito anos colando o menor infrator como um agente passivo, apenas manipulado por outros "o menor é usado como pivô para grandes proezas sanguinárias e maléficas", "... ao jogarem ao jovem a tarefa macabra, ficam isentos de culpa (pena) judicial maior" e ainda como furto de uma educação deficiente no âmbito social e familiar, ou seja, se a culpa não é do aliciador criminoso é da família e da sociedade que não o educa dentro dos limites normais de comportamento.

No último parágrafo ele alega que a diminuição da maioridade penal inibiria um pouco a violência penal, mas, adversa que a medida ainda não seria suficiente.

Apenas no último parágrafo se posiciona contra a redução da maioridade com ressalvas, abre um parêntese dentro da temática para defender mudanças no ECA, mas em seguida atenta para o tratamento dos menores infratores e sua culpa, acreditando que eles se neguem a participar e se envolver em atos criminosos e reavaliem a questão da impunidade.

De maneira confusa o sujeito enunciador não se define em nenhum pólo, caracterizando uma sublimação do seu ponto de vista para não comprometer-se com uma posição perante o sujeito interpretante.

Os marcadores generalizantes "sempre", "nada", indicam o uso do senso comum para se abster de um posicionamento definitivo.

Ao parafrasear o texto proposta para a produção o sujeito produtor se utiliza da voz do sujeito enunciador da proposta, mas não podemos apontar marcas lingüísticas desse feito, portanto não há como localizarmos o uso do discurso relatado, ele não deu voz a outro, apenas se utilizou da voz do outro para seu próprio discurso.

REDAÇÃO 4

Transcrição:

(1) Sou absolutamente contra a diminuição da maioria penal, por que acredito que o problema vai além de “algumas alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente”. / (2) O E.C.A. foi cuidadosamente elaborado, estudado, avaliado e graças a Deus, aprovado, após muitas tentativas de sensibilizar as autoridades, ou seja, foi-se criada a maioria penal, em base ao direito que a criança e o adolescente e estes, como infratores, têm de serem assistidos, acompanhados e amados. / (3) Assistidos em sua condição de vida, na maioria das vezes, desastrosas sem perspectivas nenhuma de atingir horizontes diferentes do crime, do tráfico, do roubo. / (4) Acompanhar o menor infrator, apelidado e etiquetado como “marginais” “monstros mirins”, numa atitude que favoreça o apoio psicológico, moral e fundamentalmente o respeito como pessoa humana, independentemente do que ele tenha cometido ou venha a cometer, porque esses menores não são o que fazem... / (5) Proteger e amar a criança é cuidar a sociedade para o amanhã e esse ato foge das prioridades governamentais, pois implica um mundo novo e solidário, uma justiça cega pela verdade e a violência destruída pela ternura da paz. / (6) Uma criança mata por que seu ambiente social e sua desestrutura familiar tem o crime como meio de vida já que a vida não encontra outro meio. / (7) Mais viável que “algumas alterações no E.C.A.” seria acabar com as “universidades” do crime organizado sem nenhum escrúpulo que usa a criança e o adolescente como iscas indefesas para proteger e livrar o verdadeiro criminoso e assassino; oferecer meios para a criança e o adolescente desenvolver-se como pessoa que acredita em si, em seu potencial, acabar com o “buraco” ou “janela humana” que se denomina hoje FEBEM porque daí saem os futuros pais com “mestrado” e “doutorado” em crimes e assim mais uma família infratora... / (8) Em nosso país, ainda predomina a sensibilidade latina que deu vida ao E.C.A. que é a única voz de milhares de crianças e adolescentes. / (9) O ciclo vicioso do crime nunca vai se romper porque se houver a diminuição da maioria penal, estaremos num futuro não tão longínquo aprovando a pena-de-morte, o genocídio e tristemente a extinção da espécie humana. / (10) É muito mais fácil começar fazendo “algumas alterações”, hoje no E.C.A., amanhã na nossa Carta Magna e assim a decadência de nosso identidade como pessoa brasileira vai desaparecendo e o que é pior, impune... / (11) Argumento minha opinião porque acho mais simples colocar diante de uma criança ou de adolescente, de repente os mesmos que mataram, uma arma e as portas abertas para um horizonte digno, deixando que ela escolha o que mais a fará sentir assistida, acompanhada e amada.

A redação sem título nos apresenta o sujeito produtor caracterizado em 1ª pessoa se posiciona de forma contrária a redução da maioria penal já na primeira oração do texto “Sou absolutamente contra a diminuição da maioria penal, por que acredito que o problema vai além de 'algumas alterações no Estatuto

da Criança e do Adolescente", ele se mantém em 1º pessoa durante as teses argumentativas para sustentar seu ponto de vista "... graças a deus.", "... esses menores não são o que fazem...", "Proteger e amar a criança é cuidar a sociedade para o amanhã...", "Em nosso país...", "... estaremos num futuro...", "... amanhã nossa Carta Magna...", "... nossa identidade..." e por fim na conclusão reforça seu posicionamento em 1ª pessoa novamente " Eu argumento minha opinião porque acho mais simples colocar diante de uma criança ou de adolescente....", justifica seu ponto de vista, de uma maneira um tanto confusa e pouco coerente, e ainda tenta uma certa apelação pela simpatia do sujeito interpretante com mais exemplos argumentativos em defesa de melhores oportunidades.

Mantém durante todo o texto uma polarização definida caracterizada pela visão passiva do menor infrator, como vítima da situação e do sistema, que na verdade seus atos não são reflexos de sua personalidade.

Declara a violência infantil como fruto da desestrutura social e familiar, usada pelo crime organizado como bode expiatório, deprecia os métodos correccionais existentes, assim como suas leis, em defesa de um estatuto paternalista.

Quanto ao sujeito interpretante é visto como uma pessoa sensível e instruída, que conhece as leis, esta a par dos problemas enfrentados pela sociedade e ainda capaz de se comover com argumentos socialistas.

Ao se posicionar e defender sua opinião objetivamente, o sujeito produtor se arrisca a uma rejeição por parte do interpretante, mas mesmo assim argumenta bastante com o uso de sua própria voz, de argumentos de autoridade e ainda se vale do discurso relatado para acrescentar vozes alheias ao seu próprio discurso.

Encontramos discurso relatado marcado linguisticamente pelo uso das aspas, ao dizer "alguma mudanças" o sujeito produtor reproduz a voz do sujeito enunciativo do texto proposta em mais de uma ocasião. Os adjetivos depreciativos em relação ao menor infrator, "marginais", "monstros mirins", estão destacados pelas aspas com a intenção de creditar ao outro o rótulo, não ao sujeito produtor. A caracterização da FEBEM como "universidades" do crime, "buraco" ou "janela humana", sofre o mesmo processo.

Concluimos então, que nesse caso o sujeito-produtor soube utilizar o discurso indireto de maneira correta, mesmo recortado do texto proposta, e ainda se retirando do texto nos momentos que usou contra argumentos para a sua tese, ou seja, não era a sua voz que depreciava e etiquetava os menores e sim outrem.

REDAÇÃO 5

Transcrição:

“Maioridade Penal” / (1) O tema que iremos abordar está sendo alvo de críticas, oposições, questionamento, enfim; um tema polêmico, com vários aspectos a serem abordados. / (2) Será que existe idade para responsabilidade? / (3) Será que uma pessoa fria e calculista, capaz de cometer dos bárbaros, com requinte de crueldade, não pode ser punida por sua pouca idade? / (4) Vivemos em um mundo onde as leis são mais conhecidas como injustiça; a Justiça; um sonho de consumo, quase nunca alcançado. / (5) Vamos aqui lembrar que a personalidade de um ser humano é formada até os sete anos. Sendo assim, podemos então concluir que uma criança de nove, dez, onze anos, sabe bem o que quer e o que faz. / (6) Partindo deste princípio, por que não responsabilizar um adolescente por seus atos, só porque não completou dezoito anos? / (7) Se alguém é capaz de pensar, tramar, planejar crimes inimagináveis, também é capaz de responder por seus atos e arcar com as consequências, por piores que elas sejam. / (8) Isto se chama “lei da sementeira”! O que você planta, você colhe. / (9) Existe uma frase muito conhecida que diz: “Toda ação tem uma reação”. / (10) A ação de um menor infrator tem que ser respondida com a reação de uma severa punição pelas nossas autoridades. / (11) Tem muita gente achando desnecessária a diminuição da maioridade penal, apresentando inúmeros argumentos, dentre eles, fazer algumas mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente. Como se isso bastasse! / (12) Fico pensando se aqueles que não concordam com a diminuição da maioridade penal vivessem um drama em suas vidas. Uma tragédia, uma violência, um assalto, e até mesmo um crime seguido de morte; causado por um menor. / (13) Será que ainda assim, sustentariam a idéia de puni-lo somente quando completar dezoito anos? / (14) Creio que se olharmos deste ângulo, veremos que aquele que comete uma infração, tem que ser punido; independente da idade. / (15) E o que realmente espero, é que um dia, a justiça seja feita.

Intitulada "Maioridade Penal" o sujeito produtor assume a 1ª pessoa do discurso em plural de modéstia "O tema que iremos abordar.", "Vivemos em um mundo.", "Vamos aqui lembrar...", "... fico pensando...", "creio que se olharmos deste ângulo veremos que aquele...", "... e o que realmente espero...".

Cria uma hipótese recortada do texto-proposta "O tema que iremos abordar está sendo alvo de críticas, oposições, questionamento, enfim; um tema polêmico, com vários aspectos a serem abordados", por meio de paráfrase.

O uso de retóricas já apresenta traços de seu posicionamento dialógico em relação ao tema proposto e de sua aproximação com o texto produzido.

Os poucos adjetivos que marcam a produção são depreciativos do sujeito objetos “pessoa fria”, “calculista”, “bárbaros”, “requisite de crueldade” e ainda dois são recortados do texto proposta “polêmico” e “inimagináveis”.

O posicionamento do sujeito produtor se confirma ao longo do texto por meio dos argumentos retóricos “Será que existe idade para responsabilidade?”, “Será que ainda assim, sustentariam a idéia de puni-lo somente quando completar dezoito anos?”, argumentos de autoridade “Toda ação tem uma reação”, e do apoio da voz do senso comum que permeia sua produção “... que um dia, a justiça seja feita”.

Com intenção de convencer o sujeito interpretante, notamos que o sujeito produtor se vale de vários recortes do texto proposta, e ainda de uma inversão de posições para aqueles que são contra seu posicionamento claramente expressado no parágrafo 12.

Para enfatizar seu ponto de vista o sujeito produtor ainda apela ao sentimento de justiça idealizado no sujeito interpretante “E o que realmente espero, é que um dia, a justiça seja feita”.

Quanto ao uso do discurso relatado, apesar de utilizar recortes do texto proposta, o sujeito produtor não demarca linguisticamente esse uso, apenas podemos classificar como discurso indireto o tema “lei da semeadura” pelo uso das aspas e a frase “Toda ação tem uma reação”, como discurso direto pela marca do verbo dicendi “Existe uma frase muito conhecida que diz:..”

Ao relatar “Tem muita gente achando desnecessária a diminuição da maioria penal, apresentando inúmeros argumentos, dentre eles, fazer algumas mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente. Como se isso bastasse!” o enunciador se retira do texto para dar voz àqueles contrários a sua opinião, enfatizada pela réplica “como se isso bastasse!”.

E ainda o uso de perguntas retóricas caracteriza de certo modo, um discurso relatado, pois, subentende-se que o outro já respondeu a questão, sendo assim não se faz necessário marcar sua voz na resposta, pautamos essa análise no discurso indireto interpretante.

Concluimos que o sujeito produtor fez uso do discurso relatado de maneira coerente, considerando o uso do discurso direto em uma produção dissertativa, o que eleva a qualidade de um texto, pois o recurso é comumente encontrado em produções narrativas.

REDAÇÃO 6

Transcrição:

“Vantagem e Desvantagem!” / (1) Há alguns anos atrás, atingia-se a maioria somente com dezoito anos, hoje em dia, já se fala em atingi-la aos dezesseis. Isso faz com que menores sejam mais responsáveis e não cometam tanta criminalidade, roubo e não haja tanta violência; pois se há autoridade às catam, cometendo algum ato fora da lei, não tem o direito de ser autoritários, podem até ser! Mas logo os soltam. / (2) Maioridade aos dezesseis anos tem suas vantagens e desvantagens. A vantagem é que diminuirá a violência e tbém ajudará adolescentes carentes a começarem a trabalhar e ajudar em casa. Já suas desvantagem é que: — são querendo de não imaturos e com a maioria poderão tirar a carteira de motorista e a grande maioria dos acidentes nos dias atuais são causados por adolêscntes. Que pode ser a tirar vidas de pessoas inocêntes, e só poderão pagar por seus atos, se existir a maioria aos dezesseis anos. Se não o responsável do adolêscntes é que responderá o processo. / (3) Com tudo. Maioridade aos dezesseis anos, é excelente, poderá vir a acabar de apenas diminuir a violência e as infraturas fora da lei.

Na redação intitulada "Vantagem e Desvantagem" encontramos um sujeito produtor que se insere em 3ª pessoa constatada pelos marcadores linguísticos "atingia-se", "já se fala", "que pode ser"; não se posiciona com clareza quanto a proposta temática.

Por meio de um discurso histórico “Há alguns anos atrás, atingia-se a maioria somente com dezoito anos, hoje em dia, já se fala em atingi-la aos dezesseis” promove certo afastamento do texto, assim como a falta de adjetivos “carentes”, “imaturos”, “inocentes”, “excelente” comprovam essa característica.

O uso de termos totalizante se estende a voz do senso comum, é marcado no momento em que ele generaliza que somente aos 18 anos se atingia a maioria, com a mudança acredita na diminuição da violência e criminalidade com ressalva, pois, alega que as autoridades prendem, mas soltam em seguida.

Ao desenvolver os argumentos sobre vantagens e desvantagens não consegue se posicionar evitando assim um confronto direto com o sujeito examinador.

Conseguimos encontrar o uso de discurso relatado no 2º parágrafo, no qual ele se retira do discurso dizendo em discurso indireto que "... hoje em dia, já se fala

em atingi-la aos dezesseis”. Podemos considerar ser um recorte do texto proposta, única presença encontrada na produção.

Baseado nas marcas lingüísticas dois pontos, travessão podemos dizer que o sujeito tentou o uso do discurso direto, mas de maneira errônea, pois, elencar vantagens e desvantagens não é dar voz a outrem.

Apesar da produção pouco coerente no último parágrafo o produtor se posiciona a favor da redução maioridade penal adjetivando a estratégia como “excelente”, mas seu posicionamento se torna parcial no momento em que ressalva que a medida “poderá” vir a diminuir infrações.

REDAÇÃO 7

Transcrição:

“Título: Faz de Conta.” / (1) No nosso país parece que tudo é novo, ou velho de mais. / (2) Tudo que é novo é polêmico. Tudo que é velho deixa pra lá, não faz diferença, não vai mudar nada mesmo, que diferença isto faz? / (3) O assunto agora é a diminuição da idade penal, será que vai mudar alguma coisa? / (4) Faria a diferença se a idade penal aumentasse para 60 anos ao invés de 16 anos? / (5) Acho que não, em um país que têm Leis mas não têm, é o faz de conta. / (6) Melhor ainda, só têm Lei quando eles querem que tenha Lei, caso contrario nada feito, nada Lei. / (7) Além disso têm, a corrupção, a venda de sentenças e a vista grossa da justiça. / (8) Isto é o que a gente vê todos os dias, nos jornais, e nos noticiários na TV. / (9) Então eu pergunto que diferença isto vai fazer, idade penal aos 16 anos, aos 60 anos ou quem sabe ainda os 7 anos. / (10) Sou favorável aos 7 anos, porque assim os pais se preocupariam mais em educar seus filhos, e certamente nas escolas haveria uma educação também neste sentido. / (11) Agora Estatuto do Velho, pergunto? / (12) Quem estará certo, o velho ou menor delinquente, visto que estes Estatuto só defende o errado. Vocês não acham que é também uma polêmica neste assunto? / (13) Estatuto do Adolescente e do menor e agora Estatuto do Velho. / (14) Nesse país tem Estatuto pra todo lado, mas que adianta, ele só funcionaria a favor do estatutário, ele pode estar errado o tanto que for, o Estatuto defende ele. / (15) Enfim nesse país tá certo quem está errado e assim sucessivamente. / (16) Estatuto sem o comprometimento do mesmo é o mesmo que nada, que na verdade quem cumpri mesmo estes estatutos somos nós, exatamente aqueles que não precisam dele. / (17) Lei é uma coisa mais ou menos assim: / (18) Você tem direito a liberdade até a onde a Lei permite, e daí. / (19) Mas somos pessoas otimistas, dias melhores virão. / (20) Lembrando ainda que todos os dias no nosso país somos injustiçados um pouquinho. / (21) Outra verdade ainda é que: / (22) A melhor maneira de comrroper a juventude é exatamente, ensinar a ela, merecer o que pensa igual e a dismerecer o que pensa de diferente. / (23) Esta ultima frase foi escrita pelo filosofo alemão Frederico N¹, e bate certinho com as nossas Leis. / (24) É o faz de conta, tem Leis mas não têm. (Só quando eles querem)

Na redação intitulada "Faz de Conta" notamos que o sujeito produtor se insere em 1ª pessoa “nosso país parece que tudo é novo, ou velho de mais”, “acho

¹ Acreditamos que a forma “Frederico N.” deve tratar-se de Friedrich Nietzsche (1844-1900). Segundo JAPIASSU e MARCONDES (1996, p. 195), para Nietzsche, “a tarefa da filosofia deveria ser a de libertar o homem dos valores tradicionais da cultura ocidental”, como o conservadorismo, a visão de mundo burguesa e os preceitos cristãos, “anunciando uma nova era, uma nova forma de agir, através da ‘transmutação de todos os valores’”. O intertexto do parágrafo 22 da redação talvez se justifique por essa caracterização.

que não; em um país que tem Leis, mas não têm, é o faz de conta”, “ Isto é o que a gente vê todos os dias, nos jornais, e nos noticiários na TV”, “ Então eu pergunto que diferença isto vai fazer, idade penal aos 16 anos, aos 60 anos ou quem sabe ainda os 7 anos”, “ Agora Estatuto do Velho, pergunto?”, “ Vocês não acham que é também uma polemica neste assunto?”, “...quem cumpre o estatuto somos nós..”, “Mas somos pessoas otimistas...”, “..todos os dias no nosso país somos injustiçados um pouquinho”, “..nossas Leis”. Mas, não se posiciona, ao contrario seus argumentos são baseados na indiferença pelo tema.

Seu embasamento legal generaliza a existência de leis sem efeito, com o uso do discurso do senso comum alega que seja qual for a idade penal, não altera para o quadro em questão “Mas somos pessoas otimistas, dias melhores virão”.

Promove por meio das retóricas um diálogo constante com o texto estímulo, numa tentativa de demonstrar conhecimento sobre o tema. Apesar da indiferença alegada notamos que ele chega a questionar o sujeito interpretante de maneira direta "Vocês não acham que é também uma polemica neste assunto?"; os comentários sobre o excesso de estatutos, as suas falhas e as críticas ao sistema legal demonstram uma tentativa de convencimento ao interpretante; ainda por meio dos termos generalizantes " todos", "nada", busca um meio de apresentar conhecimento profundo da temática.

Notamos a sua aproximação com o texto por meio dos adjetivos "novo", "velho", "polemico", "vista grossa", "errado", "menor delinqüente", "otimistas", "melhores", "diferente" e que o discurso relatado está presente linguisticamente marcado por dois pontos “Lei é uma coisa mais ou menos assim: Você tem direito a liberdade ate a onde a Lei permite, e daí”, e ainda na citação, que acreditamos pertencer a Nietzsche “A melhor maneira de comrroper a juventude é exatamente, ensinar a ela, merecer o que pensa igual e a desmerecer o que pensa de diferente”, o uso do discurso direto é pouco comum em produções argumentativas. Dentro de narrativas devido à presença de personagens seu uso é constante para dar-lhes voz, em um texto de opinião o uso de discurso direto descaracteriza a argumentação uma vez que o autor se vale da voz de outro para sustentar seu ponto de vista.

REDAÇÃO 8

Transcrição:

“Fábrica de idelinqüentes” / (1) Inumeradas razões, discute o fato da maioridade penal seja apartir dos dezesseis anos de idade. Destúrbios bárbaros vem acontecendo com famílias de adolescentes, Mas que para ocorra a maioridade penal aos dezesseis anos, basta fazer algumas modificações bem articuladas no Estatuto da Criança e do Adolescente. / (2) A questão seria que aos dezesseis anos o adolescente já sabe de suas responsabilidades porque apartir desta idade o próprio adolescente que estiver com dezesseis anos pode escolher um indivíduo para governar o seu proprio país, então ele sabe muito bem das suas virtudes, e é por esse fato que temos que compreender. O crime em São Paulo por exemplo, foi muito chocante para nós, e o que aconteceu com aqueles adolescentes que mataram o casal? Se foram punidos ainda não sabemos. Mas acontece que a família do casal ainda espera alguma justiça. / (3) Pelo fato dos crimes serem constantes ainda temos chance de alterar no Estatuto alguma justiça justa para punir adolescentes irresponsaveis dentro da nossa sociedade, senão, estaremos criando uma fabrica de criminosos dentro da nossa propria casa.

Na redação intitulada "Fábrica de ideliquentes" o sujeito produtor se posiciona em 1ª pessoa algumas vezes ao longo do texto "... foi muito chocante para nós...", "... ainda temos chance de altera no Estatuto...", "... dentro da nossa sociedade...", "... estaremos criando uma fabrica de criminosos dentro da nossa própria casa". Notamos o seu afastamento do texto, pela quantidade ínfima de adjetivos presentes "bárbaros", "chocantes", "justa", "irresponsáveis".

Em relação à proposta textual que determina um posicionamento quanto a redução ou não da maioridade penal, o sujeito o adota apenas parcialmente, pois se mostra favorável de maneira não muito enfática e, ainda assim, ao longo da produção percebemos a ressalva que ele faz em relação a mudança no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O sujeito enunciador tenta dialogar com o sujeito interpretante, pelo uso da retórica: "... e no que aconteceu com aqueles adolescente que mataram o casal?" e também dialoga com o texto proposta por meio do recorte "dezesseis" em numeral extenso, o relato referente ao discernimento do jovem aos dezesseis anos e a menção ao crime também são paráfrases do texto estímulo.

Entendemos o posicionamento parcial como método de não desagradar o sujeito avaliador, se submetendo sem caracterizar seu ponto de vista para não correr o risco de uma rejeição.

Não encontramos na produção marca objetiva que remeta a presença do discurso relatado, porém podemos considerar que retórica utilizada para questionar o desfecho do caso citado no texto estímulo como um discurso indireto aplicado por meio da interpretação baseada nos relatos jornalísticos que até aquele momento não apontavam destino dos criminosos.

REDAÇÃO 9

Transcrição:

“Mentes Perigosas” / (1) Os adolescentes a partir dos dezesseis anos já sabem muito bem o que se está fazendo se é certo ou errado. / (2) Com a diminuição da maioria penal dos atuais dezoito anos para dezesseis fará o jovem refletir antes de cometer qualquer ato infracional. / (3) No Brasil infelizmente as leis não são respeitadas como deveriam! / (4) Hoje em dia eu cometo um delito, sou fazeado como réu primário fico um a dois dias meses presos na maioria das vez nem vou preso, ou peço pena em regime seme aberto. / (4) Pessoas até brigam quando tocam no assunto que mataram alguém se a pessoa for réu primária eles dizem que todo tem direito de matar um individuo. / (5) Discute muito se leis, mas nada se faz, fica só arquivado num pedaço de papel. / (6) As autoridades só pensam em fazer cadeias, não adianta; só serve para que se aumentem o número de enfratores / (7) O governo também é fundamental na vida dos jovens que moram na favela; precisa se mais empregos para tirar jovens da rua. / (8) A televisão hoje em dia está influenciando muito menores a cometer esse tipo de delito. / (9) Vamos todos votar a favor dessa nova lei assim pelo menos estaremos no caminho certo para a diminuição da violência gerada por menores.

Na redação intitulada “Mentes Perigosas”, o sujeito produtor se apresenta em 3ª pessoa ao longo, de quase todo o texto, marcado linguisticamente pela grande quantidade de partícula “se” (índice de indeterminação do sujeito). Podemos notar seu afastamento pela ausência de adjetivos e ainda pelo vasto uso da voz do senso comum “No Brasil infelizmente as leis não são respeitadas como deveriam!”.

Seu posicionamento em relação aos pólos indicados pela proposta somente se apresenta no último parágrafo, momento em que ele também se apresenta em plural de modéstia “Vamos todos votar a favor dessa nova lei assim pelo menos estaremos no caminho certo para a diminuição da violência gerada por menores”, também podemos classificar como um diálogo com o texto proposta “Os adolescentes a partir dos dezesseis anos já sabem muito bem o que se está fazendo se é certo ou errado”, “Com a diminuição da maioria penal dos atuais dezoito anos para dezesseis fará o jovem refletir antes de cometer qualquer ato infracional”.

O desenvolvimento argumentativo é uma tentativa de dialogar com o sujeito interpretante, mas o enunciador se perde no desencadeamento de idéias e sua defesa se apóia em argumentos não relevantes ao texto proposta.

Analisamos como uso de discurso relatado a ironia com que relata o atual funcionamento das leis brasileiras “Hoje em dia eu cometo um delito, sou fazeado como réu primário fico um a dois dias meses presos na maioria das vez nem vou preso, ou peço pena em regime seme aberto”, , mesmo se colocando em 1ª pessoa, é como se esse discurso não fosse próprio e sim de outrem.

Esse é um caso em que podemos admitir o discurso indireto livre, apoiamos-nos nas reflexões de Bakhtin que o apontam como um discurso sugerido, não apresenta marcas que permitam distinguir quais palavras pertencem ao enunciador quais pertencem ao enunciatário; o uso da ironia pressupõe uma mistura de vozes no limite de uma única construção linguística.

REDAÇÃO 10

Transcrição:

“A penalidade do Menor” / (1) A maioria das pessoas que cometem crimes são menores de idade entre 13 e 17 anos. Hoje em dia no Brasil poderia ter uma penalidade maior para esses menor. (2) Nos EUA a penalidade do menor começa com 6 anos / (3) Já no Brasil a pena começa com 18 anos. Os menores que cometem crimes no Brasil não são condenados pela Justiça e acabam respondendo em liberdade. (4) E essa é uma das maneiras de almentar mais ainda o fato do crime crescer no Brasil. / (5) A maioria das pessoas são afavor da pena de morte aqui no Brasil. Mas o pais não consegue esse mandato por que não comporta o números de crimes do país. / (6) Mas o Brasil está estudando sobre a penalidade do menor, para ver se os menor parem com a criminalidade. / (7) Para que o Brasil mude é preciso uma força maior da Justiça. E com a ajuda do governo e do país poderiam tambem ser mais reforçadas a penalidade do menor. / (8) E hoje em dia poderiam almentar mais escolas, mais serviços e mais associações de menore carentes, sobre aucilio de maiores. Por que a maioria dos crimes de menores de idade são mandado e maiores de idade / (9) As febens também poderiam ter escolas e oficinas de variações para que ajudem o menor a se ajudar na recuperação de sua difuculdades / (10) E cada coisa que eles aprendem numa escola ou numa oficina, podem mostrar seu trabalho nas ruas / (11) Só assim vai conseguir vencer essa criminalidade de menores. / (12) Lugar de criança é na escola. / (13) Quanto mais aprendis, mais chance de ter um brasil melhor. Fim

Na redação intitulada "A penalidade do Menor" o sujeito produtor se mantém em 3ª pessoa ao longo de todo texto como podemos notar pelos verbos no presente: "cometem", "começa", "acabam", "consegue", "comporta", "parem", "é", "ajudem", "aprendem".

Percebemos o afastamento do sujeito pela carência de adjetivos, o único a ser usado, “carentes”, tem a função de caracterizar o menor infrator como ser passivo, mesmo assim não podemos classificar sua posição como contrária a redução da maioridade penal.

Seus argumentos são pautados em discursos generalizantes com o intuito de não debater eventuais pontos de vista contrários a sua opinião, como se desafiasse o sujeito interpretante a refutar suas idéias “Só assim vai conseguir vencer essa criminalidade de menores”,.

O enunciador tenta convencer o enunciatário por meio de argumentos descritivos do aumento da criminalidade entre menores “A maioria das pessoas que

cometem crimes são menores de idade entre 13 e 17 anos. Hoje em dia no Brasil poderia ter uma penalidade maior para esses menor.”, comparações entre as punições brasileiras e americanas, mas não consegue sustentar sua argumentação de maneira pertinente ao texto estímulo, rompendo assim com a proposta de redação.

O não posicionamento, ao menos parcial, é demarcado pelas várias possibilidades de soluções por ele apresentadas como empenho governamental “Para que o Brasil mude é preciso uma força maior da Justiça. E com a ajuda do governo e do país poderiam também ser mais reforçadas a penalidade do menor”, reformulação das instituições para menores “As febens também poderiam ter escolas e oficinas de variações para que ajudem o menor a se ajudar na recuperação de sua difuculdades”, mas não estipula um ponto de vista específico a cerca da redução da maioridade penal.

Constatamos que o uso do termo generalizante “Lugar de criança é na escola”, é fruto do discurso do senso comum, mas não podemos considerá-lo como discurso relatado, portanto a produção não apresenta a referida característica.

Após todas as análises realizadas, conseguimos constatar uma determinada frequência do discurso relatado referente ao discurso indireto, não temos pretensão estabelecer parâmetros, pois nosso corpus não é tão vasto, mas a proposta de trabalho foi cumprida a contento.

Averiguamos que apenas em uma das produções não conseguimos demarcar o uso do discurso relatado; como também em apenas uma encontramos o uso do discurso direto em citação filosófica. Em maioria freqüente, cerca de 80 % dos casos, encontramos o uso do discurso indireto; dentro desse percentual dividimos as ocorrências em quatro aparições do uso de retóricas.

Verificamos o uso do discurso indireto recortado do texto proposta em quatro produções em sua maioria são de caráter interpretante. Em um único caso relatamos o uso do discurso indireto livre, por meio da ironia, o autor mescla o discurso direto e indireto para relevar sua posição.

Acreditamos que a presença do discurso direto seja mais rara por se tratar de textos de opinião, dentro da narrativa o uso é mais comum pelo recurso estrutural da personagem, para determinar sua voz; no texto argumentativo esse recurso é menos utilizado; para a inserção do discurso alheio, o autor se vale mais frequentemente do

discurso indireto, pois ele pode se embasar na interpretação do conteúdo a ser reportado ou da expressão desse discurso de outrem para sustentar seu ponto de vista.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso como objeto de estudo nos apresenta uma dispersão de possibilidades dentro da própria concepção de linguagem histórico-social, assim como o sentido também é determinado por posições ideológicas.

A AD atravessa o texto para descobrir os sentidos possíveis, embasada nas matrizes dialógicas língua (gem), sujeito (homem), social (ideologia) para demarcar nas produções questões como a subjetividade e suas fragmentações.

A complexidade do conceito heterogêneo se constitui a partir da relação com o outro numa formação interior discurso que afeta e determina a propriedade da incompletude do sujeito.

O sujeito como organizador não pré-existe ao discurso, se constrói num relacionamento adjacente para estabelecer quando e de que modo falar; sua identidade é um efeito de poder em processo construtivo, o que impossibilita uma definição moldada.

O dialogismo apresenta uma comunicação estabelecida entre os sujeitos produtor e examinador que pode ser estendida ao texto proposta e ainda à memória discursiva, ou seja, o diálogo entre discursos se estabelece em processo de interação entre textos marcados pela polifonia.

O sujeito dialógico é constituído por uma subjetividade heterogênea que absorve vozes sociais em relações de anuência ou rejeição. Sua constituição social histórico e ideológica reflete sua incompletude que culmina na constituição do eu a partir do outro.

A polifonia remete às várias vozes que permeiam o discurso do sujeito e sugere a interdependência do eu com o discurso do outro, o que determina a conclusão do indivíduo como produto de várias vozes interligadas.

O discurso relatado, foco de pesquisa, determina o recurso que permite ao sujeito a inserção do discurso alheio dentro do seu próprio discurso. A dinâmica do processo de citação direta ou indireta não suspende o fio discursivo, apenas se atem a repetição fiel do discurso de outrem, se eximindo da responsabilidade sobre o discurso reportado.

O discurso indireto apresenta uma gama maior de possibilidade para que o enunciador citante possa traduzir as falas citadas por meio da interpretação dos seus sentidos. Uma interpretação se norteia na análise do conteúdo, de maneira

racional e objetiva o sujeito citante se distancia do sujeito citado para demarcar os limites do discurso citado.

Também se apresenta a interpretação pela análise da expressão, permeada de subjetividade apaga as fronteiras do discurso citado para relevar não o falar, mas como falar; o discurso indireto é um ouvinte que agrega outros elementos e matizes a sua transmissão antes de preferi-la.

O texto de opinião abrange domínio de produção e interpretação: para uma boa produção é preciso se embasar pela interpretação.

O ensino estrutural é importante para se adequar à proposta, mas a compreensão do texto estímulo se faz necessária para um bom posicionamento perante a questão abordada. A construção argumentativa exige conhecimento sobre o sujeito assunto, assim como de opiniões favoráveis ou contrárias para serem aceitas ou refutadas pelo sujeito produtor.

Métodos de inserção ou apagamentos de discursos são relevantes para direcionar os argumentos do sujeito produtor de acordo com suas intenções para com o sujeito examinador, o objetivo de estudo, reconhecer o discurso relatado nas produções argumentativas, nos apresentou reflexões importantes a respeito da utilização do recurso.

Com base nas análises realizadas junto às redações coletadas, atestamos o uso do discurso relatado em diversas vertentes teorizadas, mas temos consciência que não é um estudo findado, pois nos concentramos apenas na teoria bakhtiniana que aponta os tradicionais discursos direto e indireto, subclassificando em discurso indireto analisador de conteúdo e discurso indireto analisador de expressão.

O discurso direto foi encontrado em uma única instância, o que já era esperado, pois o corpo de pesquisa é formado por texto de opinião. Teorizamos essa ressalva pautada em leituras anteriores sobre estrutura narrativa, na qual a presença do discurso direto é característica constante; devido à estrutura apresentar narrador e personagem se faz necessário o discurso direto para pontuar claramente a voz de uma e de outra.

Para o texto argumentativo, o discurso direto é insólito, pois normalmente seu uso é classificado como uma reprodução fiel, uma citação; o sujeito produtor ao utilizar esse recurso credita a outro o discurso, portanto não muito relevante para pontuar seu ponto de vista, nesse caso é mais conveniente o uso do discurso indireto que atesta um embasamento teórico interpretado, não reproduzido.

A presença do discurso direto encontrada em nosso corpus é a citação de um discurso filosófico, portanto é compreensível o uso do recurso por se tratar de um discurso conhecido, não há muitas maneiras de valer de uma citação filosófica sem creditar seu discurso ao pensador. E ainda atestamos a presença do discurso direto marcado linguisticamente por verbo *discendi* para indicar a reprodução fiel da terceira Lei de Newton.

O discurso indireto encontrado nas produções é mais freqüente e se apresenta nas vertentes interpretativas tanto de conteúdo quanto de expressão. Na maioria dos casos o sujeito produtor promover a reprodução recortada do texto proposta, por meio de paráfrase dialoga com o enunciador da proposta de modo a inserir seu discurso em sua produção; em alguns casos há o recorte do conteúdo em outros da expressão.

Verificamos em alguns caso a inserção da voz do senso comum por meio do discurso indireto, que assim retoma um discurso caracterizado como universal. Observamos ainda a presença do discurso indireto analisado por meio do uso de retóricas, que pressupõe um conhecimento por parte do sujeito produtor sobre a resposta do sujeito examinador em relação ao questionamento.

Em todos os casos do uso do discurso indireto, constatamos apenas a característica interpretante, ou seja, o sujeito produtor ao reportar um discurso alheio o faz por meio da compreensão da fala ou de como se fala, mas sem perder o fio discursivo nem se valer da repetição.

O discurso indireto livre foi uma leitura a parte; para que pudéssemos encontrá-lo um único caso entre nossas análises, nos pautamos na teoria de que ele é mistura do discurso direto e indireto, ou seja, parte reprodutivo e parte interpretativo; essa hibridez não delimita claramente quais são a palavras citadas e quais pertencem ao enunciador.

Esse conceito relata a possibilidade de análise do discurso indireto livre por meio de ironia, alusões ou pressuposições. O traço apresentado em nosso corpus é pautado na ironia com que o sujeito produtor retrata a aplicabilidade das leis dentro do nosso sistema penal atualmente; a pressuposição do sujeito sobre sua possível prisão revela uma mistura de discursos que se convergem numa única construção linguística.

Portanto, o nosso intento superou as expectativas, não esperávamos encontrar tamanha presença de discurso relatado em meio a textos argumentativos,

principalmente a presença do discurso direto e indireto livre habitualmente marca do discurso narrativo. Ressaltamos que nossa crença apontava o discurso relatado como característica da estrutura narrativa e raramente propriedade argumentativa. Por meio de estudos teóricos encontramos apontamentos que indicam o discurso relatado não apenas como reprodução fiel ou subjetiva do discurso alheio, mas como uma construção teorizada pela interpretação e compreensão de conteúdos e sentidos do discurso alheio.

Por meio da teoria bakhtiniana averiguamos que a presença do discurso relatado, em algumas situações, se entrelaça ao texto de modo subjetivo, é preciso um aprofundamento analítico na produção para determinar o uso dessa propriedade.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 9.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BARBOSA, Severino Antônio M. **Redação: escrever é desvendar o mundo**. 16.ed. Campinas: Papirus, 2003.
- BARROS, Diana L. P. de. FIORIN, José L. (Orgs.) **Dialogismo, polifonia e intertextualidade: em torno de Bakhtin**. São Paulo: EDUSP, 1994.
- BERNARDO, Gustavo. **Redação inquieta**. 5.ed. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2000.
- BLIKSTEIN, Izidoro. **Técnicas de comunicação escrita**. 15.ed. São Paulo: Ática, 1997.
- BRAIT, Beth. (Org.) **Bakhtin: conceitos-chavte**. São Paulo: Contexto, 2005a.
- _____. (Org.) **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005b.
- _____. (Org.) **Bakhtin, dialogismo e construção de sentido**. 2.ed. Campinas: Unicamp, 2005c.
- BRANDÃO, Helena H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.
- BRASIL. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Brasília: MEC/SEF, 2004.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 39.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- CHARAUDEAU, Patrick. MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. Tradução Fabiana Komesu (et al.) São Paulo: Contexto, 2004.
- CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. São Paulo: Ática, 2001
- COMPAGNON, Antoine. **O trabalho da citação**. Belo Horizonte: UFMG, 1996

CORACINE, Maria José R. F. **A subjetividade no discurso científico**. 1987. 376 f. Tese (Doutorado em Ciências: Lingüística Aplicada ao Ensino de Línguas), PUC – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo-SP, 1987.

D' ONOFRIO, Salvatore. **Forma e sentido do texto literário**. São Paulo: Ática, 2007.

EMEDIATO, Wander. **A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura**. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento** São Paulo: Ática, 1990.

_____. **Linguagem e ideologia**. 2.ed. Forense-Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. ed.7°. Tradução Luiz Felipe Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **A ordem do discurso**. 8.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 25.ed. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006.

GUARIGLIA, Rinaldo. Os gêneros do discurso dissertativo escolar: consensual e polemizado. **Estudos Lingüísticos**, Campinas: GEL/Unicamp, v. 33, 2004. Não paginado. 1 CD-ROM.

_____. **A intersubjetividade do discurso dissertativo escolar**. 1997.

Dissertação (Mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa), Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara — UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara-SP, 1997.

_____. **O consensual e o polêmico no texto argumentativo escolar**.

2008. Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - UNESP - Universidade Estadual Paulista. Araraquara-SP, 2008.

_____. Palavras e práticas discursivas. **Estudos Lingüísticos**, São Carlos: GEL/Universidade Federal de São Carlos, v. 34, 2005. Disponível em <www.gel.org.br>. Acesso em 21 out. 2007.

GUIMARÃES, Elisa. **A articulação do texto**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1993.

IGNÁCIO, Sebastião Expedito et al. **Dissertação II**. Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 1993.

INGO, Voese. **Análise do discurso e o ensino de língua portuguesa**. São Paulo: Cortez, 2004.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 25.ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

ORLANDI, Eni P. et al. **Sujeito e texto**. São Paulo: EDUC, 1988.

_____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2.ed. Campinas: Pontes, 1987.

_____. **Análise do Discurso**: princípios & procedimentos. ed. 6°. São Paulo: Pontes, 2005.

OSAKABE, Haqira. **Argumentação e discurso político**. São Paulo: Kairós, 1978.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. 2.ed. Campinas: Pontes, 1997.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP:Unicamp, 1988.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.

RANCIÈRE, Jacques. **As novas razões da mentira**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 22 ago. 2004. Caderno Mais!, p. 3.

ROCCO, Maria Thereza Fraga. **Crise na linguagem**: a redação no vestibular. São Paulo: Mestre Jou, 1981.

ZANUTTO, Flávia; OLIVEIRA, Neil Armstrong Franco de. O gênero redação de vestibular: o que prova essa (re)produção textual? **Mathesis – Revista de Educação**, v.5, n.1, p. 83-103, jan./jun. 2004. Disponível em <www.escrita.uem.br>. Acesso em 15 mar. 2006.